

Pontes

ENTRE O COMÉRCIO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- 1 Comércio e mudanças climáticas na OMC: entrevista com o embaixador Roberto Azevêdo
- 3 Multilateralismo e diversidade: repensando a estrutura dos acordos da OMC
Robert Howse
- 5 Rumo à Conferência Ministerial, apesar de tudo
- 6 A Rodada Doha e as respostas anticíclicas à crise
Oswaldo Rosales
- 8 Implicações sobre o comércio de carne de frango da paralisação do Acordo Doha
André Nassar, Saulo Nogueira, Adriano Zerbini
- 9 Um regime multilateral para as medidas comerciais relacionadas ao clima?
- 11 Em política climática, sigamos a lógica do capital
James K. Boyce
- 13 Transferência de tecnologia e propriedade intelectual: pontos em disputa no novo acordo climático
José Alberto Gonçalves
- 15 É tempo de uma Organização Mundial das Finanças
Barry Eichengreen
- 16 Desafios da América Latina no combate às mudanças climáticas
Javier Sabogal Mogollón
- 18 Provisões sobre conhecimento tradicional e biodiversidade no TLC AELC-Colômbia
David Vivas-Eugui
- 20 Promoção da indústria de energia eólica na China: implicações para o mercado mundial
Gordon Y. Liao
- 21 A aritmética das mudanças climáticas
Luiz Pinguelli Rosa
- 22 O setor privado brasileiro em Copenhague
Antonio Josino Meirelles Neto
- 23 Expectativas dos Amigos da Terra para Copenhague
Lúcia Ortiz e Camila Moreno



International Centre for Trade and Sustainable Development

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS



DIREITOGV
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

Comércio e mudanças climáticas na OMC: entrevista com o embaixador Roberto Azevêdo

Em entrevista ao Pontes, o embaixador brasileiro na representação permanente junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, comenta temas relevantes no contexto de justaposição entre a Conferência Ministerial da OMC e a 15ª Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês).

Diante do impasse na Rodada Doha, as discussões acerca de uma reforma mais ampla na estrutura da OMC adquirem força. Há propostas de um modelo de negociação mais flexível, que inclua, por exemplo, a possibilidade de fechar acordos em temas específicos fora do single undertaking. Como o Brasil se posiciona nesse debate?

A OMC herdou algumas distorções em decorrência do modelo decisório e do padrão de forças prevaiente no Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês), que privilegiavam os interesses dos países desenvolvidos (PDs). São exemplos dessas distorções a manutenção de tarifas mais elevadas contra os principais produtos de exportação dos países em desenvolvimento (PEDs), os subsídios à exportação de produtos agrícolas - seis décadas após sua proibição para os manufaturados - e a prevalência de subsídios distorcivos à produção agrícola nos principais PDs. Estes temas são prioritários na Rodada Doha, e o impasse atual se deve em boa medida às dificuldades em alguns países para

enfrentá-los. O Brasil não teria dificuldades em negociar acordos em temas específicos como o algodão ou os subsídios à exportação de produtos agrícolas. Por outro lado, a ideia de abandonar tais temas por serem delicados e tratar apenas de questões de interesse dos PDs reflete uma visão anacrônica. Para poder avançar, a OMC precisa resolver suas distorções e reequilibrar suas regras de modo a permitir maior inserção dos PEDs no comércio internacional.

A paralisação da Rodada Doha tem sido atribuída à inflexibilidade dos Estados Unidos da América (EUA), porém este país insiste na necessidade de revisão dos textos utilizados na reunião ministerial de julho de 2008. Analistas dos EUA argumentam que parte do impasse na Rodada se deve à excessiva atenção conferida a agricultura e medidas de apoio relacionadas. O encontro com o G-20 agrícola às vésperas da Conferência Ministerial da OMC tem por escopo buscar um denominador comum para concessões? Em que pontos poderá haver mais avanços?

Você sabia?

Que a aplicação de taxas de carbono por parte de países importadores tende a reduzir os fluxos comerciais entre as nações, em função do aumento dos preços decorrente? O mesmo não ocorre se a taxação for imposta pelo país exportador.

Impacto das taxas sobre carbono sobre a competitividade na exportação

Medidas	Taxa de Carbono (imposta pelos países)		
	EXP	IMP	EXP e IMP
Taxa de Carbono somente		Marginalmente significativa (-)	
Indústrias de consumo intensivo de energia	Altamente relevante (+)	Altamente relevante (-)	Altamente relevante (+)

Fonte: ICTSD. Climate Equity and Global Trade. Dez. 2007. Disponível em: <http://ictsd.org/i/publications/34474/>

Editorial

Prezado(a) leitor(a),

Temos o prazer de apresentar mais um exemplar do Pontes Bimestral. Este número traz análises originais sobre comércio internacional, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, temas que dominam a agenda internacional neste final de ano.

Como texto de abertura, apresentamos uma entrevista com o embaixador Roberto Azevedo, representante da missão permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra. Azevedo comenta a interseção entre as agendas comercial e ambiental, com a realização consecutiva da Conferência Ministerial da OMC e da 15ª Conferência das Partes (COP 15, sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

A realização da Conferência Ministerial remete às expectativas sobre o avanço da Rodada Doha. Nesse sentido, o ceticismo resultante dos sucessivos impasses nas negociações comerciais contextualiza a análise de Robert Howse, que questiona a manutenção do princípio do *single undertaking* diante das dificuldades políticas enfrentadas.

Os propósitos e expectativas que cercam a realização da Conferência Ministerial são explorados em outro artigo, que discute os passos anteriores e futuros do multilateralismo na seara comercial. Mais adiante, André Nassar, Saulo Nogueira e Adriano Zebrini defendem que a ausência de um acordo em Doha estimula o emprego de medidas protecionistas ao avaliarem o modo como a União Europeia (UE) tem distorcido a normativa internacional para restringir as importações de produtos avícolas.

Osvaldo Rosales também explora a relação entre o incremento do protecionismo e a Rodada, ao analisar as consequências, para as negociações, da proliferação de medidas econômicas anticíclicas, em resposta à crise econômica. No domínio financeiro, a crise teria demonstrado a insuficiência dos órgãos internacionais de controle e regulação, segundo a análise de Barry Eichengreen, professor da Universidade da Califórnia, Berkeley. A solução, argumenta o autor, seria a criação de uma Organização Mundial das Finanças, com competências regulatórias lastreadas em compromissos vinculantes, em moldes semelhantes aos adotados pela OMC.

Diante das incertezas acerca do sucesso da COP 15, discute-se a oportunidade do estabelecimento de um regime multilateral para as medidas comerciais relacionadas ao clima. Sendo a proliferação de medidas nacionais neste âmbito um dado inevitável, um dos editoriais deste número expõe as alternativas existentes para a adoção de uma abordagem multilateral na matéria.

Os desafios políticos relacionados à distribuição dos custos e receitas originados em medidas domésticas para a redução de emissões são abordados por James Boyce, da Universidade de Massachusetts.

Dado o grande vulto da mobilização em todos os setores para a COP 15, os três últimos artigos compõem uma tríade dedicada aos preparativos e estratégias de representantes-chave do setor público, privado e não-governamental brasileiros para o evento.

Esperamos que aprecie a leitura.

Equipe Pontes

A atenção dedicada à agricultura derivou de um entendimento compartilhado por todos os membros de que, por se tratar de uma Rodada do Desenvolvimento, a agricultura constituiria o motor do acordo buscado. Assim, o ritmo dos progressos em agricultura ditaria o avanço das deliberações nas demais áreas da negociação. Esse é o setor de maior interesse para os PEDs, vez que emprega a maior parte da população nesses países. Também é neste setor que se concentram as maiores distorções, as quais são de responsabilidade dos PDs. Em face deste quadro, seria necessário que as negociações agrícolas liderassem o processo.

A reunião ministerial do G-20 e seu encontro ampliado com os coordenadores dos demais agrupamentos de PEDs destina-se a uma avaliação do estado das negociações e das etapas a serem seguidas no sentido de, com base nas zonas de confluência contidas nos textos dos projetos de modalidades, lograr concluir a Rodada em 2010, tal como indicado pelo encontro de cúpula de Pittsburgh, em setembro.

Os negociadores agrícolas deverão ser capazes de concluir a negociação em torno dos temas deixados em aberto, entre colchetes ou anotados no texto do projeto de modalidades. No entanto, este esforço tem como premissa necessária que as zonas de aterrissagem definidas nos textos não serão alteradas. Caso contrário, esforço adicional de reequilíbrio do pacote negociador deverá ser buscado.

A interseção entre as agendas internacionais de comércio e mudanças climáticas adquiriu maior evidência ao longo deste ano. Como o Brasil se prepara para lidar com a questão? Quais as expectativas na OMC sobre esse tema, caso não se avance em Copenhagen?

A interseção entre as agendas comercial e ambiental, tanto no plano doméstico como internacional, não é propriamente um fenômeno novo. Ela remonta às próprias origens do movimento ambiental no século passado, e a maior evidência verificada no momento deve-se essencialmente à proximidade da COP 15. A esse respeito, é preciso ter bem claro que os regimes comercial e ambiental são institucionalmente autônomos e independentes, ainda que relacionados entre si sob uma perspectiva temática. O Brasil tem contribuído ativamente para o êxito da Conferência de Copenhagen e não acredita que esse êxito dependa de avanços específicos no âmbito do sistema multilateral de comércio. A meu ver, o empenho em alcançar um bom acordo em Copenhagen não impõe qualquer condicionalidade à atuação do Brasil na OMC. As questões concernentes à redução das emissões de gases de efeito estufa e outros temas correlatos devem ser enfrentados no âmbito do regime de mudanças climáticas e não na OMC. Na hipótese de que a comunidade internacional não alcance o acordo almejado em Copenhagen, a OMC não será, a meu ver, um locus negociador alternativo, capaz de gerar decisões essenciais em matéria de mudanças climáticas, tema abrangente e multifacetado que extrapola o alcance das disciplinas estritamente comerciais.

As medidas de natureza comercial incorporadas ao projeto de lei ambiental dos EUA - e possivelmente de outros países - despertam críticas em relação ao possível caráter protecionista, além de serem direcionadas a países específicos. O que o Brasil espera da implementação dessas medidas?

Não há surpresa no fato de os EUA, assim como outros PDs, cogitarem valer-se de medidas de cunho comercial para alcançar objetivos de natureza ambiental ou mesmo, de forma velada, com cunho protecionista. A questão relevante é outra: tais medidas são compatíveis com as obrigações assumidas na OMC por esses países? Para responder a essa pergunta, os demais membros dessa Organização têm acesso assegurado ao seu mecanismo de solução de controvérsias. Ao longo dos anos, o sistema multilateral de comércio desenvolveu jurisprudência relativamente farta sobre a relação entre comércio e meio ambiente. Tal construção criou testes bastante rigorosos pelos quais uma medida deve passar antes de poder ser justificada à luz das exceções ambientais e de saúde pública do Artigo XX do GATT. Em qualquer contexto relevante para o tema das mudanças climáticas, o fato de o Brasil dispor de matriz energética limpa é importante e certamente deve distingui-lo de forma vantajosa em relação a outros membros da OMC. Desconhecer as peculiaridades da matriz energética brasileira pode constituir um grave equívoco na aplicação de medidas nacionais de combate às mudanças climáticas, por exemplo. Na implementação dessas medidas, o Brasil espera que os Membros da OMC respeitem rigorosamente os compromissos que assumiram no sistema multilateral de comércio.

Multilateralismo e diversidade: repensando a estrutura dos acordos da OMC

Robert Howse*

Diante dos impasses que há anos inviabilizam o desfecho das negociações da Rodada Doha, elementos estruturais do processo decisório adotado na Organização Mundial do Comércio (OMC) têm sido contestados. O *single undertaking* - arranjo pelo qual os membros devem aderir simultaneamente a todos os acordos, em um pacote - constitui um exemplo dos mecanismos que contribuem para os repetidos fracassos das tentativas de avançar nas negociações em curso.

Apesar dos esforços de Pascal Lamy, diretor-geral da OMC, e de seus assessores para manter uma postura otimista, há uma nítida sensação de frustração e fracasso em relação às negociações da Rodada Doha. Iniciadas em Qatar, na esteira de duas conferências ministeriais mal-sucedidas - Seattle e Cancún -, as tratativas têm demandado considerável energia de oficiais e diplomatas, bem como significativos recursos do Secretariado da OMC, sem, contudo, produzir resultados relevantes.

A expectativa de que, no último instante, o consenso em todas as frentes será atingido em uma sessão intensiva e acalorada de negociações não passa de uma fantasia. No contexto atual, o capital político está mobilizado em outras direções, como as necessidades prementes relacionadas à crise econômica, à estabilização das economias nacionais e à normalização dos sistemas financeiros, tanto em âmbito doméstico quanto internacional.

No quadro de estagnação em que se encontra a Rodada Doha, tratados de comércio preferencial têm se multiplicado. Mesmo países tradicionalmente voltados ao multilateralismo passaram a investir esforços na liberalização do comércio regional. Enquanto a agenda de Doha permanece dominada por questões remanescentes da Rodada Uruguai, o mundo segue em frente. Questões antes relacionadas apenas indireta e periféricamente a esta pauta, como a relação entre comércio e mudanças climáticas, têm adquirido atenção e importância superiores aos tópicos discutidos na esfera da Rodada¹.

Contudo, é necessário reconsiderar não apenas os assuntos que constituem objeto de negociação; a estrutura desta também deve ser alvo de reflexão, bem como os acordos

da OMC. Em particular, é preciso examinar em que medida o impasse vigente decorre do conceito de *Single Act* (ato único) - noção de que a OMC deve evoluir por meio de abrangentes rodadas de negociação, que resultam em um pacote de acordos aos quais todos os membros devem aderir, em seus exatos termos. Nem mesmo durante a Rodada Uruguai tal rigidez foi plenamente seguida. Exemplo disso pode ser visto no Acordo sobre Compras Governamentais - que é plurilateral - e no Acordo Geral sobre Serviços

(GATS, sigla em inglês), o qual permite aos membros escolher quais obrigações assumir, com base em seu grau de capacidade em se comprometer. Mais do que nunca, a composição da OMC apresenta grande diversidade entre membros no que toca ao grau e à trajetória de desenvolvimento econômico, sistemas políticos e capacidades. Diante disso, é preciso remodelar a Rodada em termos mais flexíveis.

Como primeiro questionamento a ser levantado, por que não admitir que certos elementos do pacote de Doha são muito mais difíceis de obter do que outros? É razoável considerar a "conclusão" da Rodada como um processo contínuo, ao invés de um *grand finale* em que se chega ao consenso sobre toda a pauta. É também necessário avaliar quais

áreas estão mais próximas de um acordo e quais representam um desafio maior. Avançar em um acordo sobre o primeiro grupo de questões - admitindo, ao mesmo tempo, que as últimas não estão em estágio semelhante - imprimiria dinâmica, por um lado, e realismo, por outro, ao mandato de Doha. Uma vez definidas estas áreas, o diretor-geral, juntamente com seus conselheiros e oficiais, terá a oportunidade de exercer verdadeira liderança.

É razoável considerar a "conclusão" da Rodada como um processo contínuo, ao invés de um *grand finale* em que se chega ao consenso sobre toda a pauta. É também necessário avaliar quais áreas estão mais próximas de um acordo e quais representam um desafio maior.

Em segundo lugar, uma avaliação semelhantemente objetiva deve ser feita para identificar se existem áreas em que não é realista esperar que todos os membros da OMC concordem. Ou talvez seja o caso de já existir consenso entre um considerável número de membros, enquanto outros não estão suficientemente preparados para avançar (como na liberalização de bens e serviços ambientais). Nestes casos, parece razoável chegar a um resultado plurilateral, ou seja, um acordo entre os membros que se consideram prontos e abertos para adesão posterior dos demais. Exemplos desse tipo de arranjo foram realizados nas áreas de telecomunicação e serviços financeiros na Rodada Uruguai, ainda que a doutrina oficial da OMC não admita tais acordos como autenticamente plurilaterais.

Um terceiro exame minucioso há que ser realizado acerca dos vários tipos de flexibilidades que podem ser inseridos nos novos acordos, de forma a atender às necessidades e preocupações de determinados membros, sejam estas relacionadas a espaço político ou a construção de capacidades, por exemplo. As flexibilidades já existentes devem ser identificadas e examinadas quanto à sua efetividade em tratar da diversidade em um sistema multilateral. Estas incluem salvaguardas, provisões sobre exceções e limitações, bem como períodos de adaptação e obrigações em prover assistência técnica. No calor das negociações, há pouca oportunidade para considerar cuidadosamente essas possibilidades estruturais ou para refletir sobre opções básicas de arranjo. Como exemplo, pode-se perguntar quais flexibilidades precisam ser oferecidas de forma generalizada e quais podem ser ajustadas para determinados grupos ou membros.

Em quarto lugar, uma dimensão das negociações em curso que restringe as opções para alcançar um acordo constitui a resistência de um grupo de atores-chave em ajustar ou alterar os acordos da Rodada Uruguai, como se estes possuísem caráter de uma superconstituição irrevogável - posição que parece convergir com a visão da OMC. Por um lado, Doha tem sido anunciada como a rodada do desenvolvimento. Por outro, não se pode admitir a sua utilização para alavancar pontos da Rodada anterior que correspondem a fontes de descontentamento para países em desenvolvimento (PEDs). Os instrumentos de acesso a medicamentos servem como ilustração da viabilidade de ajustar o acerto alcançado na Rodada Uruguai, uma vez que haja vontade política para tanto.

Ademais, há opções intermediárias entre uma alteração formal dos acordos já firmados e a completa inatividade. Exemplos disso são os entendimentos interpretativos, para os casos em que as cláusulas em questão são abertas,

ambíguas, ou permitem leituras mais flexíveis do que se poderia esperar. Esta ferramenta poderia ser utilizada para corrigir algumas das falhas do Entendimento sobre Solução de Controvérsias (ESC), especialmente no que toca à relação entre medidas de cumprimento das decisões dos painéis e a imposição de medidas compensatórias. Seria possível até mesmo haver entendimentos interpretativos aplicados apenas a parte dos membros, desde que isso não representasse uma diminuição dos direitos dos países não signatários do referido Entendimento. Tais acordos vigentes entre uma parcela de membros são previstos na Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.

Ainda que não sejam elaborados sob a forma de tratados, entendimentos criados nestes moldes serviriam como prática relevante para orientar o Órgão de Apelação em disputas entre partes aderentes a eles. Se a legitimidade do Órgão de Solução de Controvérsias não deve ser pressionada até seus limites, deve haver outras formas de lidar com as lacunas

e ambiguidades na lei existente, além do ativismo judicial ou da renegociação abrangente.

Um primeiro passo consistiria em identificar em quais áreas se pode alcançar progresso satisfatório por meio de entendimentos interpretativos ou mecanismos semelhantes, à margem de alterações formais nas regras. Corrigir apreensões acerca da lei existente poderia agregar confiança e impulsionar novos acordos, o que talvez poderia ser tido como um passo intermediário.

Nenhuma destas propostas poderá garantir um desfecho bem-sucedido à Rodada Doha. Momento adequado e emprego apropriado de capital político, tanto por parte de PEDs quanto de países desenvolvidos (PDs), continua a ser essencial. No entanto, em um mundo de crescente diversidade, no qual os desafios demandam

cooperação mais célere entre governos e atores globais, é importante manter o multilateralismo vivo e relevante. A complexa teia de acordos regionais e preferenciais já impõe desafio formidável à governança global, como na área de investimentos. Uma arquitetura mais flexível para a OMC pode incrementar a força da entidade como um fórum aberto para deliberação e troca de ideias, assim como reforçar a sua função como um sistema de solução de disputas baseado em regras.

* Robert Howse é professor na Universidade de Nova York e especialista em Direito Internacional Econômico.

1 Ver: ESSERMAN, Susan; HOWSE, Robert, "Rethinking the WTO", 04 set. 2008. Diversas ideias surgiram em trabalhos desenvolvidos em conjunto pelo autor e por Susan Esserman, porém as opiniões emitidas no presente artigo correspondem apenas à visão do primeiro.

Nestes casos,
parece razoável
chegar a um resul-
tado plurilateral,
ou seja, um acordo
entre os membros
que se consideram
prontos e abertos
para adesão poste-
rior dos demais.

Rumo à Conferência Ministerial, apesar de tudo

A VII Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) está prevista para o final de novembro. A despeito dos esforços para manter a Rodada Doha ativa, as negociações não progrediram, e as expectativas de um acordo tornam-se cada vez mais remotas. Poderá o multilateralismo sobreviver diante desta situação?

A reunião, que ocorrerá entre 30 de novembro e 2 de dezembro, não lidará com os temas da agenda de negociações da OMC e se concentrará no trabalho regular da Organização. Questões como a extensão das decisões para os casos de não-violação em propriedade intelectual e comércio eletrônico, além da proposta de “Fortalecimento da OMC” figuram na lista de pendências que os ministros de comércio revisarão sob a liderança de Andrés Velasco, ministro da Fazenda do Chile.

O quadro acima exposto significa que a OMC não somente constitui um foro de negociações, mas também atua como administradora dos acordos comerciais multilaterais. A cada quatro anos, a entidade convoca o seu órgão supremo, a Conferência Ministerial, para avaliar o estado da instituição e determinar a pauta dos próximos anos. Outras organizações internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) ou mesmo a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), exercem esse modelo de governança anualmente.

Não obstante, a OMC detém-se à Rodada Doha, que se desenvolve lentamente em decorrência da falta de avanços nas negociações, sobretudo em duas matérias: agricultura e bens industriais. Por esse motivo, haverá diálogos bilaterais e plurilaterais paralelamente aos discursos oficiais, em busca de se atingir um consenso ou, ao menos, uma aproximação.

Pelo fato de reunirem lideranças de alto nível, as conferências ministeriais deveriam resultar em decisões importantes e representar divisores de águas na trajetória da OMC. Entretanto, as reuniões de Cancun (2003) e Hong-Kong (2005) não conduziram a progressos contundentes para um acordo multilateral. No que diz respeito à conferência de 2009, o presidente do Conselho Geral da OMC, Mario Matus, embaixador do Chile, afirmou ser pouco provável que se produza uma decisão ou um documento ao final da reunião.

Diante de tais perspectivas, emergem questões acerca da finalidade do referido encontro entre ministros. Uma resposta plausível sustenta que a importância da conferência reside na oportunidade de reivindicar as demais incumbências da Organização - na qualidade de foro para dirimir disputas internacionais, órgão de monitoramento das políticas comerciais dos 153 Membros e instituição que concentra as normas para o comércio multilateral. Também, a reunião busca esclarecer o papel da OMC em temas como a atual crise econômica, além de intentar, de forma extraoficial, lograr um acordo para a Rodada Doha em 2010, como requisitado pelos líderes do G-20 em Pittsburgh.

Avanços fundamentais escapam

Muitos foram os prazos vencidos no passado, e numerosas as tentativas. Segundo o calendário acordado no início de setembro, em Nova Délhi, funcionários de alto nível iriam a Genebra para tentar chegar a um consenso em torno dos pontos de divergência. Contudo, tais representantes já se encontraram duas vezes na OMC, sem que houvesse sinais de acordo.

O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, pediu a aceleração do processo e a negociação com base nos textos ainda vigentes para que a meta seja atingida. Contudo, os delegados não parecem dispostos a estimular a negociação multilateral. Entre outros motivos, destaca-se a ausência de sinais de comprometimento por parte dos Estados Unidos da América (EUA), que buscam retomar preceitos já muito debatidos, bem como mais flexibilidade no tratamento a produtos agrícolas sensíveis. Isso sem mencionar a falta de prioridade de temas relacionados a comércio internacional na agenda do Congresso estadunidense.

Acordos regionais adquirem força

Ante a falta de avanços na arena multilateral, alguns países exploram a via regional ou bilateral, apesar do menor poder de barganha que um acordo Norte-Sul pode implicar para os países em desenvolvimento (PEDs). A União Europeia (UE) acaba de firmar um acordo com a Coreia do Sul, que, por sua vez, negocia com Chile e Peru. O bloco europeu avança nas tratativas de um Acordo de Associação com Colômbia e Peru. As negociações da China com Peru e Costa Rica estão na mesma esteira, sem mencionar os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês), Rússia e Índia, que começam a reforçar as relações bilaterais com os países latino-americanos.

A fundação alemã Friedrich Ebert Stiftung (FES) delineou quatro cenários para o sistema econômico internacional até 2020¹: no primeiro deles, reinam as normas contraditórias e a falta de coerência entre as instituições, em uma espécie de continuidade do que sucede hoje em dia; no segundo, predominam os “elefantes” e, por conseguinte, impera a integração regional que dificulta soluções globais. No último, um sistema multilateral transparente, no qual há um equilíbrio de poder e responsabilidade. É certo que é impossível prever o futuro, mas neste momento o cenário mais factível para o comércio internacional parece claro.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Puentes*, Vol. 10, N. 5 - nov.2009.

1 FES (2009). Geneva Scenarios on Global Economic Governance 2020. 2009. Disponível em: <http://www.fes-globalization.org/geneva/documents/Scenario/Publication_GenevaScenarios_2009.pdf>.

A Rodada Doha e as respostas anticíclicas à crise

Osvaldo Rosales*

Com quase nove anos de duração, a Rodada Doha é a mais extensa da história. Desde o impasse de julho de 2008, esteve praticamente suspensa até setembro de 2009, quando os líderes do G-20, reunidos em Pittsburgh, comprometeram-se a concluir as negociações em 2010. A irrupção da crise econômica mundial constitui elemento determinante para a compreensão desse renovado sentido de urgência. Este artigo analisa as respostas à crise que integram programas de estímulo econômico. Mais precisamente, trata das consequências do número crescente deste tipo de medidas para a Rodada.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) projetou uma redução de 10% no volume do comércio mundial de mercadorias em 2009, a primeira queda registrada desde 1982 e a maior desde a Grande Depressão. Nesse contexto, vários países - incluindo a maioria dos membros do G-20 - adotaram medidas restritivas ao comércio.

As medidas adotadas variam substancialmente entre países desenvolvidos (PDs) e em desenvolvimento (PEDs). Os primeiros recorreram principalmente a ajuda financeira para diversos setores e a práticas discriminatórias na contratação pública, bem como a restrições à contratação de trabalhadores estrangeiros. Muitas destas medidas têm sido implementadas no âmbito de programas de estímulo, os quais contêm, segundo a OMC, elementos de “compre/invista/empreste/contrate local”.

Por sua vez, os PEDs têm recorrido em maior grau às medidas “tradicionais” de fronteira, como o aumento de tarifas - geralmente previsto como transitório -, licenças de importação e valores aduaneiros mínimos. Entre outros fatores, isso reflete a menor disponibilidade orçamentária dos PEDs.

As respostas à crise: uma breve análise

Felizmente, o mundo está distante de uma volta ao protecionismo massivo que caracterizou os anos trinta. A existência dos acordos da OMC - reforçados por seu mecanismo de solução de controvérsias -, associada à grande interdependência comercial entre os países - resultante das cadeias globais de produção - e à prevalência de tipos flexíveis de câmbio desde 1990, contribuiu para prevenir maiores excessos.

No entanto, a crise colocou em destaque a distância entre os níveis de abertura predominantes nos diversos países e os compromissos multilaterais adotados por eles. Esta brecha gerou espaços que podem ser explorados para fins protecionistas. Por exemplo, a maioria dos PEDs consolidou suas tarifas na OMC em níveis consideravelmente mais altos do que as tarifas aplicadas, de modo a possibilitar maior margem de aumento destas sem violar qualquer compromisso multilateral. Situação similar ocorre nos PDs, com os subsídios domésticos à agricultura. No âmbito dos serviços, as condições de abertura costumam ser consideravelmente mais liberais que os compromissos assumidos na OMC por PDs e PEDs. Dessa forma, a crise resultou em uma reavaliação da necessidade de conclusão da Rodada Doha para reduzir a amplitude do espaço entre níveis de abertura e compromissos adotados.

As respostas à crise também ilustram vazios importantes na cobertura das atuais disciplinas multilaterais. Os casos de apoio estatal e de práticas discriminatórias na contratação pública, os quais são brevemente abordados a seguir, constituem exemplos claros disso.

A proliferação de medidas estatais de apoio

No decurso da atual crise, vários países - especialmente os industrializados - subsidiaram massivamente diversos setores afetados, em geral por meio de pacotes de resgate econômico. O setor automotivo constitui exemplo emblemático: após os programas de resgate dos Estados Unidos da América (EUA) em favor das empresas General Motors e Chrysler, os governos de um grande número de países produtores intervieram para apoiar suas respectivas indústrias. Este apoio tomou formas distintas, entre elas a aquisição de participações acionárias pelo governo e a outorga de empréstimos e garantias em termos concessionais. Os subsídios propostos ao referido setor somavam aproximadamente US\$ 48 bilhões em fevereiro de 2009, dos quais cerca de 89% foram concedidos por PDs¹.

A magnitude desses valores levanta questões acerca de seus efeitos distorcivos sobre a produção e o comércio. De fato, a Comissão Europeia reconheceu o caráter potencialmente distorcivo, sobre as condições de competitividade e comércio intercomunitário, de grande parte do apoio concedido por diversos Estados membros da União Europeia (UE) a seus setores financeiro e automotivo, entre outros.

Contudo, não houve questionamentos acerca dos programas de apoio frente ao mecanismo de solução de controvérsias da OMC. No caso do setor automotivo, isto provavelmente decorre do fato de que os principais países exportadores estão subsidiando suas indústrias. A situação é preocupante, visto que poderia conduzir gradualmente à exclusão de *facto* do setor automotivo das normas multilaterais, estabelecendo, assim, um precedente para outros setores.

A situação é ainda mais complexa no âmbito dos serviços. Diferentemente do que ocorre no comércio de bens, o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS, sigla em inglês) da OMC não contém dispositivos de aplicação geral sobre subsídios². Em razão disso, os membros da OMC dispõem de amplo espaço para subsidiar seus distintos setores de serviços sem contrariar compromissos multilaterais. Dada sua maior disponibilidade financeira, este “espaço de política” tem sido aproveitado em maior grau pelos PDs. Assim o ilustra a massiva outorga de subsídios a setores como de serviços financeiros no contexto da atual crise.

A concessão de apoio ao setor financeiro em diversos PDs durante a crise apresentou, em vários casos, um viés favorável às empresas nacionais, o que deu lugar a preocupações sobre um “protecionismo financeiro”. Este viés manifestou-se, por exemplo, na discriminação de subsidiárias de bancos estrangeiros na distribuição de fundos de resgate; no requisito (explícito ou tácito), aos bancos beneficiados, de privilegiar a outorga de créditos a clientes nacionais; e na exigência, aos bancos com operações internacionais, de manter maiores níveis de liquidez em seus países-sede.

Na agricultura, a crise também despertou preocupações. Segundo estimativas, os apoios internos distorcivos nos EUA aumentariam 22% em 2009, resultado da redução dos preços de vários produtos a partir de meados de 2008³. Por outro lado, a UE reintroduziu subsídios à exportação de lácteos em janeiro de 2009, decisão seguida pelos EUA em maio de 2009.

Protecionismo na contratação pública

Desde o início da crise, vários países colocaram em prática, anunciaram ou iniciaram a tramitação de medidas discriminatórias em matéria de contratação pública. Entre eles encontram-se Austrália, Brasil, China, Espanha, EUA, França, República da Coreia e Rússia⁴.

A maior controvérsia surgiu em torno da Lei de Recuperação e Reinvestimento dos EUA (*American Recovery and Reinvestment Act*), por meio da qual foi implementado um pacote de estímulo fiscal de US\$ 787 bilhões. Em seu conteúdo, destaca-se a cláusula “Buy American”, que estipula que os fundos aprovados pela referida lei somente poderão ser destinados a obras públicas nas quais todo o ferro, aço e bens manufaturados utilizados tenham sido produzidos nos EUA. Constituem exceção a esse dispositivo os países membros do acordo plurilateral da OMC sobre contratação pública (ACP) - majoritariamente PDs - e os que tenham tratado de livre comércio (TLC) em vigor com os EUA. De tal forma, esta medida discrimina a grande maioria dos PEDs.

As exceções assinaladas são somente aplicáveis ao nível federal, já que no sub-federal, tanto o ACP como as disposições sobre contratação pública dos TLC são vinculantes apenas para alguns estados e entidades. É por esta razão que empresas canadenses têm sido excluídas de diversos contratos em nível sub-federal nos EUA, apesar de o Canadá ser membro do ACP e do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês).

De modo similar, em maio de 2009 as autoridades chinesas fixaram diretrizes no sentido de privilegiar o uso de bens e serviços produzidos localmente nos projetos governamentais de investimento, a menos que tais produtos não possam ser obtidos na China em condições comerciais razoáveis. Tais diretrizes não possuem natureza vinculante e reiteram políticas de preferência nacional existentes desde 2003. No entanto, sua aparição é relevante, visto que deve afetar a distribuição de parte substancial do pacote de estímulo econômico de US\$ 586 bilhões, anunciado em novembro de 2008. A China - diferentemente dos EUA e igualmente à grande maioria dos PEDs - não é parte do ACP, ainda que esteja negociando sua adesão, em conformidade com seus compromissos de ingresso à OMC.

Medidas como as descritas acima, que envolvem a primeira e a terceira maiores economias mundiais, são especialmente preocupantes, haja vista o maior papel assumido pelo Estado como ator econômico - inclusive como consumidor de bens e serviços - em face da crise. De fato, os pacotes de estímulo estadunidense e chinês são, respectivamente, o primeiro e o segundo maiores do mundo em termos absolutos. Disposições deste tipo castigam, particularmente, as empresas que participam de cadeias globais de valor e, assim, penalizam a organização da produção no mundo e promovem a “repatriação” de processos produtivos.

Considerações finais

A Rodada Doha tem o potencial de reduzir os espaços para retrocessos protecionistas em matéria de tarifas, subsídios agrícolas e serviços, mediante a diminuição da brecha existente entre os níveis efetivos de abertura e os atuais compromissos multilaterais. Isso exigirá, entretanto, que os recentes compromissos políticos se traduzam em uma flexibilização de posições por parte dos principais atores, particularmente dos EUA.

Parece, contudo, existir menos espaço, na presente Rodada, para abordar os desafios impostos por algumas medidas adotadas no âmbito dos programas de estímulo econômico. Com efeito, a negociação de um acordo multilateral sobre contratação pública não consta da agenda da Rodada Doha⁵ - embora pareça especialmente desejável à luz da experiência recente. Por seu turno, as negociações sobre subsídios no âmbito dos serviços integram a referida agenda, mas têm obtido escassos avanços. Parece pouco provável que essa situação seja revertida, tendo em vista o prazo para a conclusão da Rodada em finais de 2010. Em todo caso, esses temas não constituem os principais obstáculos ao encerramento das negociações, as quais se encontram paralisadas principalmente por temas relacionados a acesso a mercado de bens não-agrícolas (NAMA, sigla em inglês), bens agrícolas e serviços.

Cabe recordar que “o bom é inimigo do ótimo”. Concluir a Rodada Doha em 2010 é necessário por, pelo menos, quatro razões: (i) devido aos importantes ganhos econômicos envolvidos, que apoiariam a recuperação da economia mundial no difícil contexto previsto para o período pós-crise; (ii) para reduzir as possibilidades de retrocessos protecionistas, que também podem caracterizar o momento posterior à crise; (iii) porque a credibilidade do sistema multilateral de comércio como um todo está sendo negativamente afetada por repetidos fracassos em concluir a atual Rodada; e (iv) para permitir à OMC que se concentre em outras temáticas de crescente importância no comércio mundial. Este é o caso das respostas comerciais às mudanças climáticas e de temas já mencionados, como compras públicas e subsídios.

* Diretor da Divisão de Comércio Internacional e Integração da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

1 Ver: Newfarmer, R.; Gamberoni, E. “Trade Protection: Incipient but Worrisome Trends”, Trade Notes No 37, Banco Mundial, mar. 2009.

2 O GATS (Artigo XV) somente estabelece um mandato para a iniciação das negociações com vistas ao estabelecimento de normas multilaterais sobre subsídios.

3 Newfarmer y Gamberoni (idem).

4 Ver: <<http://www.globaltradealert.org>>.

5 A iniciativa de incluir o tema de compras públicas na Rodada Doha fracassou em 2004, ainda que o eventual mandato contemplasse somente o tema da transparência, e não o de acesso a mercado.

Implicações sobre o comércio de carne de frango da paralisação do Acordo Doha

André Nassar*

Saulo Nogueira**

Adriano Zerbini***

No comércio de produtos avícolas, a União Europeia (UE) tem utilizado o artigo XXVIII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT, sigla em inglês) para restringir as importações do Brasil e da Tailândia. Tais medidas, bem como o aumento nos subsídios aos produtores europeus, poderiam ser desencorajadas caso o acordo da Rodada de Doha já tivesse sido assinado.

A UE tem utilizado vários artifícios disponíveis para desencorajar a importação de carne de frango e proteger os produtores nacionais. Inicialmente, o bloco reclassificou a carne de frango salgada (SH 0210.99.39) para uma categoria sujeita a cota tarifária (SH 0207.14.10), o que elevou o custo das exportações brasileiras e tailandesas.

Em 2002, o Brasil solicitou discussões com a UE no âmbito da Organização Mundial de Comércio (OMC) e, em 2003, abriu um painel para contestar esta medida no Órgão de Solução de Controvérsias. Posto que o Órgão de Apelação emitiu decisão contrária à UE, o artigo XXVIII foi utilizado para desconsolidar as tarifas para frango salgado. Cabe destacar que, nessa ocasião, também foi incluída a carne de peru (HS 1602.32) e de frango cozida (SH 1602.32.19). Dois anos depois, a UE iniciou um novo processo de negociação para desconsolidar a tarifa de oito linhas restantes no grupo HS 1602, ainda não sujeitas a cotas, em reação ao crescimento das importações de carne processada de aves. Apesar de o primeiro lote de cotas tarifárias criadas ser de grandes volumes, seu efeito foi restringir as importações do produto - as quais apresentaram aumento nos anos anteriores -, notadamente aquelas provenientes de países em desenvolvimento (PEDs) como Argentina, Brasil e Tailândia.

Diante disso, os negociadores brasileiros exigiram a alteração dos procedimentos de administração de cotas. O sistema baseado em licenças de importação unilateral passou a ser de "administração compartilhada", combinando licenças de importação emitidas pela UE e certificados de exportação emitidos pelo governo brasileiro. Tal medida forçou a redução no preço das exportações para compensar a alta tarifa extra-cota que seria cobrada. Esse novo método ajudou a reduzir a perda de receita dos exportadores brasileiros, que anteriormente tinham as cotas administradas pelos importadores europeus, nos quais se concentrava o poder de barganha na negociação do preço.

Ainda, a UE adaptou o regulamento (CE N° 1234/2007) - que estabelece as normas de comercialização de carne de frango - e restringiu a definição de "carne fresca" e "preparados de carne fresca de frango" acima dos padrões de higiene vigentes (Regulamento CE N° 853/2004). Com isso, o bloco europeu limitou o uso da carne de frango congelada - da qual grande parte era importada do Brasil - e privilegiou o consumo de carne de aves refrigerada - produzida localmente. Nesse sentido, a carne congelada já não mais podia ser considerada carne fresca; tampouco preparados de carne congelada podiam ser vendidos como 'não congelados' no mercado europeu (Regulamento CE N° 1047/2009).

Para além de tais medidas, a UE tem aumentado seus subsídios à exportação de frango inteiro desde 2005, para volumes de 131,6 mil toneladas em 2005-2006 e 183,6 mil toneladas em 2006-2007¹. Estimativas indicam valores de 191,6 e 207,2 mil toneladas para 2007-2008 e 2008-2009, respectivamente.

Cabe destacar que os doze novos Estados que aderiram à UE desde 2005 têm direito de subsidiar as exportações, o que foi somado ao total de subsídios permitidos pelo bloco europeu. Assim, o volume total de subsídio à exportação passou de 286 mil toneladas para 431 mil toneladas. Os objetivos mercantilistas da UE tornam-se nítidos à luz da diminuição das importações por meio dos obstáculos erguidos, bem como do aumento das exportações mediante subsídios significativos.

A aplicação dessas barreiras comerciais seria pouco provável caso a Rodada de Doha houvesse sido concluída com um acordo. Com isso, também seriam reduzidos os subsídios à exportação até sua completa eliminação em 2013, beneficiando os principais PEDs exportadores de carne de aves, como Argentina, Brasil e Tailândia. Acredita-se que o mesmo resultado poderia ser obtido caso os dois primeiros países já tivessem assinado o acordo bilateral UE-Mercosul. A indústria avícola europeia certamente teria mais dificuldades em convencer a Comissão Europeia de aplicar as novas medidas em qualquer desses contextos.

Mesmo na hipótese (provável) de persistência do artigo XXVIII no acordo multilateral, a pressão política para evitar a criação de novas cotas e restringir o comércio poderia ter impedido a UE de adotar tais medidas. Além disso, advoga-se que o acordo da Rodada Doha certamente teria resultado em uma redução na tarifa consolidada ou na expansão das cotas em vigor, caso tivesse sido assinado após a criação dessas cotas. Nesse aspecto, a conclusão da Rodada poderia ter levado a uma maior abertura dos mercados e aumento do comércio, além de impedir ou desencorajar novas medidas protecionistas por parte dos PDs.

* Diretor geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône).

** Pesquisador sênior do Icône.

*** Gerente de relações de mercado da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos (Abef).

1 Calculado a partir dos dados da UE Notificação G/AG/N/CEE/57.

Um regime multilateral para as medidas comerciais relacionadas ao clima?

Em meio às expectativas e tensões que envolvem as negociações do futuro acordo climático, destaca-se a controvérsia acerca de medidas comerciais embasadas na proteção do clima, mas pautadas por preocupações sobre competitividade industrial. Uma vez que, segundo especialistas, a possibilidade de consenso em Copenhague parece distante, é pertinente refletir acerca do regime sob o qual tais políticas serão implementadas e avaliadas. Este artigo analisa possíveis alternativas para a disciplina da questão, sob perspectiva que privilegia uma abordagem multilateral para o tema.

O ceticismo predomina nas manifestações oficiais recentes sobre a possibilidade de um acordo substancial na 15ª Conferência das Partes (*COP*, sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (*UNFCCC*, sigla em inglês). Conforme se aproxima a data do encontro em Copenhague, aumentam as pressões sobre os governos para avançar na agenda climática, em vista dos riscos de uma ação tardia. Por outro lado, negociadores e formuladores de políticas precisam atentar às demandas domésticas e conciliar interesses, a fim de reunir o apoio interno necessário para assumir compromissos internacionais como os que se colocam.

Para os países que se encontram no foco das pressões para adotar compromissos significativos de redução ou mitigação de gases de efeito estufa (GEEs), a adesão implica obrigações que envolvem altos custos econômicos. Preocupações acerca dos efeitos para a competitividade da indústria local - considerando que importantes parceiros comerciais não assumam custos similares - têm levado alguns países a esboçar a aplicação de medidas unilaterais com vistas a resguardar os produtores locais. Dentre estes, destaca-se o projeto da Lei de Energia Limpa e Segurança dos Estados Unidos da América (EUA) - também conhecido como Lei Waxman-Markey -, especialmente porque o engajamento do país nas negociações do novo acordo tem sido vinculado à aprovação do texto¹.

A abordagem exclusivamente unilateral para a criação e aplicação de medidas comerciais com base em motivações climáticas provoca apreensão. Além da provável onda de retaliações comerciais e questionamentos perante a Organização Mundial do Comércio (OMC), o direcionamento unilateral promete elevar ainda mais a tensão nas negociações climáticas, tanto em Copenhague quanto em ocasiões futuras.

Opções de regime

Considerando que a abordagem multilateral seria preferencial à unilateral, a UNFCCC constituiria o fórum primordial para abrigar este regime. Uma vez que o Protocolo de Quioto não foi desenhado para lidar com questões comerciais, o documento que o substituir poderia suprir esta lacuna. O novo acordo poderia estabelecer princípios gerais para o tratamento das questões comerciais relacionadas ao clima, os quais seriam úteis, por exemplo, para orientar painéis constituídos perante a OMC.

Entretanto, o desenvolvimento da disciplina para este tipo de medida no âmbito da UNFCCC parece pouco provável em um futuro imediato. A rigidez nas posições dos países que polarizam as negociações leva a crer que são poucas as

chances de chegar a um consenso em Copenhague. Ou, ainda que um acordo seja firmado, o tema das medidas comerciais pode não ser abordado em um primeiro momento, diante de outros, considerados prioritários na agenda climática - como a divisão de responsabilidades quanto à redução e mitigação de emissões ou o modelo para o financiamento de tais medidas.

Gary Hufbauer, um dos principais especialistas no tema atualmente, discute, em estudo conjunto com outros analistas², possíveis alternativas para a construção de um regime que discipline medidas comerciais de escopo climático, em âmbito pluri ou multilateral. Uma das opções para este corpo de regras seria a celebração de um acordo plurilateral na esfera da OMC, sob o artigo XIV. Como exceção ao princípio do *single undertaking*, este acordo seria aplicado apenas aos membros signatários, desde que os demais não tivessem seus direitos prejudicados.

A segunda opção concebida para a esfera da OMC consiste na alteração dos dispositivos ambientais incorporados nos textos atuais dos acordos, de forma a incluir provisões voltadas a medidas comerciais de escopo climático. Ainda, outra alternativa seria contar com o desenvolvimento da jurisprudência do Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), em uma abordagem caso-a-caso que avalie a compatibilidade de medidas específicas em relação às regras da entidade multilateral.

O Código Climático

Uma contribuição inovadora do estudo consiste na proposta de um regime para as medidas comerciais relacionadas ao clima, denominado Código de Boas Práticas da OMC para Controles de Emissões de Gases de Efeito Estufa - ou simplesmente Código Climático. O regime concebido forneceria um espaço de manobra para a formulação de políticas que tratem deste tipo de medida, de maneira consistente com os princípios da OMC. Os signatários disporiam de certa margem para implementar medidas comerciais baseadas em controle de emissões de GEEs, sem entrar em atrito com os demais membros.

Dentro deste campo de ação - denominado “espaço verde”-, certas medidas seriam permitidas, desde que guardassem conformidade com determinados parâmetros. Dentre as medidas mais discutidas, o Código Climático admitiria:

- impostos sobre carbono emitido em associação à fabricação de produtos ou medidas de ajustes na fronteira (*border adjustments*) - desde que as tarifas fossem calculadas com base equivalente àquela dos encargos impostos aos produtos nacionais;

- divisão de responsabilidades e competências para a atribuição de encargos sobre produtos: o país exportador poderia impor um imposto de carbono aos produtos enviados ao mercado externo, que seria contado pelo país importador para fins de cumprimento das exigências relacionadas. Nesse caso, não deve haver discriminação entre produtos nacionais ou estrangeiros para fins de cálculo ou aplicação dos encargos, e também seria vedada a isenção de tarifas para produtos destinados à exportação. O país importador poderia impor tarifas complementares, caso seu sistema de controle de emissões seja mais rígido. Esse mecanismo incentivaria os países a impor seus próprios impostos a fim de manter a renda fiscal auferida;
- performance standards: expressão que engloba a imposição de restrições ou limites máximos de emissão de carbono associado à produção de determinados produtos. O tratamento nacional também precisa ser observado, de forma que as exigências colocadas aos produtos importados não devem ser maiores que aos nacionais. O custeio da verificação do nível de emissões para produtos similares ou equivalentes deve ser assumido pelo país que impõe os standards;
- cap-and-trade: os países signatários poderiam instituir sistemas de comércio de emissões com previsão de distribuição gratuita ou leilão de permissões de emissão. Esta distribuição não seria considerada como subsídio nos termos do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC) da OMC. Produtores estrangeiros não poderiam ser impedidos ou prejudicados quanto à obtenção de permissões; e
- subsídios destinados a promover tecnologias de mitigação, adaptação, sequestro de carbono, energias renováveis, entre outros, seriam admitidos, nos termos do dispositivo de suspensão (expirado) contido no artigo 8.2(c) do ASMC da OMC.

O Código prevê, ainda, que a avaliação do sistema interno dos membros para controle de emissões e imposição de impostos sobre carbono deve ser feita por uma entidade internacional, ou, caso isso não seja admitido pela Constituição de um país (que pretende avaliar outro), por agências independentes.

No que toca à solução de controvérsias, o sistema incluiria uma cláusula de paz, com base na qual os signatários renunciariam ao direito de questionar, perante o OSC, as medidas dos parceiros comerciais signatários que estejam em conformidade com as regras do Código. Para resolver eventuais conflitos, o regime vislumbra a instituição de um sistema de sanção por descumprimento apreciado via arbitragem ou por uma instituição neutra (como uma agência da UNFCCC) e baseado em retaliação comercial.

Segundo os autores, uma medida poderia ser considerada compatível ainda que implicasse uma violação técnica das regras da OMC, o que remete ao regime de exceções previsto em seus acordos.

Regime viável?

Além de evitar a abordagem unilateral e seus perigos, o regime proposto apresenta alternativas para questões potencialmente problemáticas no atual cenário que se delineia para a utilização de medidas comerciais de escopo climático.

O espaço de manobra vislumbrado oferece a possibilidade de acomodação de interesses, na medida em que pode atender parcialmente a aspirações divergentes, servindo como o meio-termo necessário para a consecução de um acordo multilateral. Outro trunfo da implementação do Código Climático consistiria na instalação de um mecanismo rule-based, que limitasse a discricionariedade na aplicação unilateral de medidas comerciais relacionadas ao clima. Também, elementos como a divisão de responsabilidades para imposição de encargos podem facilitar a abordagem de preocupações pontuais - no caso, a fuga de carbono (*carbon leakage*).

Ademais, descolar a questão das medidas comerciais do mandato das negociações climáticas, marcadas por impasses de difícil superação, pode facilitar o tratamento do tema. Em contraposição a essa possível vantagem, coloca-se a preocupação sobre legitimidade. A condução da questão fora da esfera da UNFCCC implica excluir as demais partes da Convenção de um debate que teria repercussões relevante para suas relações comerciais.

Sob a perspectiva da viabilidade política, as dificuldades em implantar um sistema novo e complexo, com grau razoável de institucionalização - uma vez que inclui um sistema de sanção por descumprimento - pode tornar a condução do tema na arena internacional mais custosa e complexa do que tem sido no âmbito da UNFCCC. Nesta esfera, alguns analistas defendem que, uma vez que as questões centrais da agenda climática forem decididas, o tratamento das medidas comerciais constituirá apenas um detalhe técnico na implementação do novo acordo.

A inclusão da cláusula de paz representa outro ponto de difícil aceitação na proposta, pois os membros da OMC seriam provavelmente refratários em renunciar ao direito de acionar o OSC. De forma semelhante, os membros dificilmente aceitariam um waiver para que a distribuição de permissões de emissões não seja considerada um subsídio acionável, antes de verificar como uma medida do tipo seria implementada.

Por fim, uma vez que inclui mecanismos que parte dos países desenvolvidos (PDs) busca implementar, a proposta pode ser lida como se concebida para recepcionar tais medidas. Essa impressão colocaria os países em desenvolvimento (PEDs) em posição defensiva e minaria as chances de sua concretização.

A despeito deste balanço de possíveis vantagens e desvantagens, propostas como esta podem fornecer elementos para a concepção de alternativas para o tratamento de questões delicadas das negociações climáticas. Caso o entrave nas negociações persista, e não se chegue a um acordo significativo em Copenhague, aumentam as chances de que a aplicação dessas medidas comerciais se torne um problema concreto.

Diante desse cenário, a busca por alternativas será mais urgente. Como reconhecem os autores da proposta, algumas das opções para o regime a ser cunhado são excludentes, enquanto outras podem ser buscadas de forma paralela. Ainda que o tema não receba atenção central em Copenhague, a concepção de um regime capaz de lidar com a problemática que se desenha exigirá boa dose de vontade política e esforço de cooperação, assim como os demais tópicos da agenda climática.

1 Ver Pontes Bimestral, Vol. 5, No. 4. Disponível em: <<http://www.direitogv.com.br/subportais/PontesV5N4.pdf>>.

2 HUFFBAUER, Gary; CHARNOVITZ, Steve; KIM, Jisum. Global Warming and the World Trading System, Peterson Institute for International Economics, 2009.

Em política climática, sigamos a lógica do capital

James K. Boyce*

Do ponto de vista econômico, qualquer política que limite o fornecimento de combustíveis fósseis necessariamente elevará o preço deste. O resultado das negociações do novo acordo climático está diretamente atrelado a essa lógica, uma vez que a definição de um limite máximo para as emissões de carbono procedentes da queima de combustíveis fósseis acarretará o aumento dos preços. Este artigo trata dos principais desafios políticos relacionados à implementação de medidas de redução de emissões. A que será destinada a receita obtida com tais medidas?

A questão proposta adquire relevância maior no atual contexto, em que o Congresso dos Estados Unidos da América (EUA) discute uma legislação sobre mudanças climáticas que estabelecerá um limite para as emissões de carbono, bem como um sistema de outorga de licenças para produzir emissões dentro dos limites definidos. Os países que adotarem medida semelhante enfrentarão o mesmo dilema.

Esse quadro coloca grandes interesses em jogo. Se aprovado nos EUA, o estabelecimento de tetos máximos para as emissões de carbono constituirá a maior apropriação de direitos de propriedade desde a Lei de Colonização (*Homestead Act*), de 1862. A redução das emissões dos EUA em 80% até 2050 – meta adotada na legislação em trâmite e apoiada pelos cientistas que estudam o clima – pode gerar até US\$ 10 trilhões nas próximas quatro décadas.

Entende-se que existem três possíveis respostas à pergunta-chave sobre o destino desta receita:

(i) as empresas, em valores imprevistos: se as permissões forem concedidas gratuitamente às empresas que consomem combustíveis fósseis, serão elas as ganhadoras. Os consumidores pagarão preços mais altos e os acionistas receberão o lucro resultante. Esse quadro caracteriza uma política do tipo “limite e bônus” (*cap-and-giveaway*);

(ii) o governo, em rendas públicas: se as licenças forem leiloadas entre as empresas, as receitas serão captadas pelo governo. Por outro lado, o consumidor pagará preços mais elevados. Se essa receita for direcionada ao financiamento de gastos públicos ou à redução de impostos, os benefícios para a população dependerão de tal destinação. Esta política enquadra-se no tipo “limite e gasto” (*cap-and-spend*); e

(iii) a população, em dividendos: se as verbas procedentes dos leilões de licenças forem distribuídas à população na forma de dividendos igualitários, aqueles que gerarem pegadas de carbono (*carbon footprint*) inferiores à média obterão vantagem. Isso porque os dividendos recebidos serão superiores ao prejuízo sofrido em virtude dos preços elevados. Esse tipo de política corresponde ao modelo de “limite e dividendo” (*cap-and-dividend*).

Por que fixar um limite de emissões?

Estabelecer um teto para as emissões de carbono constitui elemento decisivo em políticas que buscam promover a eficiência energética e a transição para energias renováveis, com

o objetivo de frear o aquecimento global. A maneira mais eficiente de administrar um mecanismo desse tipo passa pela regulação na fonte, o que significa exigir que os vendedores primários de combustíveis fósseis comprem as licenças.

Dado que a imposição de um teto reduzirá o fornecimento, os preços dos combustíveis aumentarão e, conseqüentemente, os indivíduos reduzirão seu consumo, gerando demanda por outras fontes de energia. Os sinais provenientes do mercado possivelmente motivarão empresas e residências a investir em eficiência energética.

Custos vs. transferências

Ainda que os preços elevados de gasolina, óleo para calefação, gás natural e eletricidade signifiquem um custo adicional para os consumidores, do ponto de vista econômico, são considerados uma transferência, pois cada dólar pago a mais pelo combustível é redistribuído aos titulares das permissões de emissão de carbono.

Diferentemente das altas no preço do petróleo provocadas por forças do mercado ou por restrições no fornecimento impostas pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), o teto imposto pelos EUA resultaria na “reciclagem” de dólares dentro do país. Contudo, sob a ótica da imparcialidade econômica e da continuidade política, permanece a dúvida sobre quem receberá esse dinheiro.

Como funciona a política de “limite e dividendo”?

Em uma política de “limite e dividendo”, o governo leiloa as permissões e toda a verba resultante – ou a maior parte dela – é devolvida à população sob a forma de pagamentos individuais equitativos. Os economistas denominam esse tipo de acordo de “*royalties-desconto*” (*feebate*): os indivíduos pagam um *royalty* (*fee*) baseado na utilização de um recurso escasso de propriedade comum, e a verba coletada é distribuída (*rebate*) igualitariamente entre os coproprietários. O recurso escasso em questão corresponde à capacidade da atmosfera de armazenar carbono, sobre a qual todos os estadunidenses têm direito. Os *royalties* são determinados pela quantidade de carbono emitida por cada unidade familiar.

Com uma política de “limite e dividendo”, a renda real das famílias de classe baixa e média não somente é protegida, mas também incrementada¹. No total, cerca de seis a cada

dez famílias estadunidenses obteriam vantagens monetárias com essa política, além dos benefícios ambientais, que constituem o objetivo principal de qualquer medida de redução de emissões.

Para realizar os pagamentos às famílias de maneira transparente e eficiente, podem ser utilizados cartões magnéticos para caixas automáticos similares àqueles atualmente empregados pelo governo dos EUA para efetuar os pagamentos de seguridade social.

“Limite e dividendo” vs. “limite e comércio”

Grande parte das permissões existentes não são comercializáveis - como aquelas para dirigir, ter porte de arma e construir. Por que no caso das permissões de emissão de carbono seria diferente?

A necessidade de permissões comercializáveis baseia-se na premissa de que algumas delas ou todas serão concedidas gratuitamente, ao invés de vendidas em leilão. Por meio de tais concessões gratuitas fundamentadas em determinado critério - por exemplo, histórico de emissões -, algumas empresas conseguirão mais permissões do que necessitam; outras, menos. Dessa forma, a prática do comércio poderá auxiliar na redistribuição dessas permissões de emissão.

Por outro lado, se a totalidade das permissões de emissão for leiloadas - conforme previsto no projeto orçamentário apresentado pelo presidente Barack Obama em fevereiro de 2009 -, as empresas poderão definir a quantidade que desejam adquirir. Nesse contexto, o comércio de permissões torna-se desnecessário.

No caso das permissões não-comercializáveis, as verbas produzidas mediante emissão de carbono seriam transformadas em benefícios para as empresas financeiras que atuam como intermediárias. Ademais, permissões desse tipo protegeriam a política climática da manipulação por parte de especuladores e outros atores.

Como mitigar o impacto sobre o emprego?

Além do impacto sobre os consumidores descrito anteriormente, qualquer política orientada a reduzir as emissões de carbono repercutirá sobre o emprego. Em alguns setores, como a mineração de carvão, muitos postos de trabalho serão eliminados. Já em outras áreas, novos empregos serão criados, por exemplo, na produção de energias renováveis.

Se o investimento em energias renováveis e eficientes for mais intensivo em mão-de-obra do que no setor de combustíveis fósseis, a criação de postos de trabalho superará a eliminação de empregos. Nenhum mecanismo pode assegurar, entretanto, que esse processo beneficiará os mesmos trabalhadores que perderam seus postos de trabalho.

A fim de proteger este grupo - bem como a comunidade da qual faz parte -, uma fração das verbas obtidas mediante leilão de licenças de emissão pode ser direcionada a esses trabalhadores sob a forma de subsídios em bloco. Por exemplo, no primeiro ano de implementação da política de “limite e dividendo”, 10% da arrecadação poderia ser destinada ao subsídio em bloco, enquanto os 90% restantes seriam distri-

buidos entre as famílias, por meio de dividendos. Os subsídios em bloco seriam reduzidos progressivamente, em um prazo de dez anos. Uma política desse tipo poderia resguardar a maior parte das famílias, em especial as mais prejudicadas com a referida política climática.

Os subsídios em bloco permitiriam aos estados criar políticas de assistência e transição ajustadas a suas próprias necessidades. Por exemplo, os estados com intensa mineração de carvão poderiam investir em fundos para a restauração ecológica das paisagens deterioradas pela atividade. Nos estados intensivos em manufatura, os fundos poderiam ser direcionados à capacitação dos trabalhadores e à promoção de indústrias verdes, tais como a produção de equipamentos para energia eólica ou solar.

Desafios

O principal desafio político enfrentado por medidas voltadas à redução de emissões consiste em proteger as famílias do impacto causado pelo aumento nos preços dos combustíveis fósseis. Não basta que as pessoas estejam dispostas a custear gasolina, eletricidade e aquecimento mais caros: também é necessário que tenham consciência de que receberão parte das receitas produzidas a partir da implementação dessa política.

Certamente, o resultado almejado não será gerado por uma política do tipo “limite e distribuição” - na qual as permissões são concedidas gratuitamente às empresas -, tampouco por uma de “limite e gasto”, em que as permissões são leiloadas e as verbas transferidas ao governo.

Uma política do tipo “limite e dividendo” volta-se não apenas aos problemas relacionados ao aquecimento global ou à autonomia energética, mas também favorece o bem-estar econômico da maior parte das famílias. O cumprimento dessas metas de maneira justa e transparente maximizará as chances de obter apoio público duradouro para políticas que busquem diminuir a dependência da economia em relação aos combustíveis fósseis². Uma oportunidade nesse sentido encontra-se no projeto de lei dos EUA, em debate no Senado.

A transição energética necessária para evitar um impacto mais grave das mudanças climáticas constitui um alvo alcançável. No entanto, não pode ser realizada instantaneamente; a mudança histórica levará décadas, e por isso necessita de apoio duradouro. O momento para iniciá-la é agora.

* Professor de economia da Universidade de Massachusetts, Amherst, onde dirige o programa ambiental do Instituto de Pesquisa em Economia Política.

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Puentes*, Vol. 10, No. 3 - jul. 2009.

Este artigo é uma adaptação do pronunciamento apresentado perante o Comitê de Finanças do Senado dos EUA, em 07 de maio de 2009.

1 Ver: BOYCE, James K.; RIDDLE, Matthew. “Cap-and-Dividend: How to Curb Global Warming While Protecting the Incomes of American Families”. Amherst, MA: Political Economy Research Institute, Working Paper No. 150, Nov. 2007. Disponível em: <http://www.peri.umass.edu/fileadmin/pdf/working_papers/working_papers_101-150/WP150.pdf>.

2 Para mais informações, ver: <www.capanddividend.org>.

Transferência de tecnologia e propriedade intelectual: pontos em disputa no novo acordo climático

José Alberto Gonçalves*

A relação entre transferência de tecnologias ambientais e direitos de propriedade intelectual (DPIs) polariza países em desenvolvimento (PEDs) e desenvolvidos (PDs) nas negociações do novo acordo climático. De um lado, G-77 e China defendem a possibilidade de licenciamento compulsório dessas tecnologias; de outro, os PDs consideram a proposta uma ameaça ao regime de proteção dos DPIs, demanda esta embasada fortemente em lobbies corporativos.

O regime internacional de DPIs constitui uma barreira à transferência de tecnologias ambientais para os PEDs? Esta é uma das questões mais controversas nas negociações sobre transferência de tecnologia no futuro acordo climático global, previsto para vigorar após 2012, quando expira o primeiro período de compromissos do Protocolo de Quioto. O tema dos DPIs opõe PDs - detentores da maior parte das patentes associadas à diminuição das emissões de gases de efeito estufa - aos PEDs, que reclamam dos elevados custos dessas tecnologias.

Apesar de abordado brevemente na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês) e no Protocolo de Quioto, o tema da transferência de tecnologia adquiriu mais destaque nas negociações do regime climático pós-2012 em razão da necessidade de desacelerar o ritmo de aumento nas emissões dos PEDs, que já respondem por mais de 50% das emissões globais anuais.

Segundo a UNFCCC, os PDs são obrigados a prestar assistência financeira e tecnológica aos PEDs nas ações de mitigação de gases-estufa e adaptação às mudanças climáticas. No entanto, ainda não existe um mecanismo institucional na UNFCCC que administre e monitore contribuições financeiras e desembolsos destinados a viabilizar a transferência de tecnologia.

Em contraposição a Austrália, Canadá, Estados Unidos da América (EUA), Japão e União Europeia (UE) - que insistem na defesa dos DPIs como mola propulsora de inovação e competitividade -, os PEDs enfatizam o barateamento e a facilitação do acesso a tecnologias ambientais protegidas por patentes. O Brasil segue a posição oficial do G-77 e China, cuja proposta¹ prevê a criação de um mecanismo de tecnologia subordinado à UNFCCC. Seu escopo consistiria em disciplinar a cooperação tecnológica nos aspectos de pesquisa, desenvolvimento e difusão, conforme preconiza o Plano de Ação de Bali, aprovado na 13ª Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) da UNFCCC, realizada em dezembro de 2007. Para operacionalizar o mecanismo, seriam instituídos um conselho executivo, com representação regional equilibrada, e o Fundo Multilateral de Tecnologia Climática, com recursos dos PDs. Cabe destacar que as contribuições ao fundo seriam adicionais àquelas da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA, sigla em inglês). O trabalho do conselho seria guiado por um Plano de Ação em Tecnologia, que definiria políticas e ações em três categorias de tecnologia:

(i) no caso das tecnologias de domínio público, o estabelecimento de um sistema internacional de cooperação com opções de menor custo;

(ii) nas tecnologias patenteadas, a disponibilização das tecnologias sob domínio privado a custos reduzidos, por meio de medidas para remover barreiras criadas pelos DPIs, como o licenciamento compulsório; e

(iii) para as tecnologias futuras, a criação de centros regionais e nacionais de excelência em tecnologia e cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular (Sul-Sul com financiamento do hemisfério Norte).

Na proposta do G-77 e China, o ponto que mais desperta reações contrárias de governos dos PDs e do setor privado é o licenciamento compulsório. Trata-se de uma das flexibilidades do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC). O país é livre para determinar as razões que o levam a emitir a licença compulsória para a fabricação de cópia genérica do produto patenteado, mas precisa seguir procedimentos previstos no artigo 31 do Acordo TRIPS prévia e posteriormente à aplicação da medida - por exemplo, ter tentado licença voluntária com o detentor da patente. Esta tentativa é desnecessária em situações de emergência nacional, uso público não-comercial ou práticas anticompetitivas. Em quaisquer circunstâncias, o detentor da patente deve ser remunerado adequadamente pelo país que decretou a licença compulsória - embora o Acordo TRIPS não defina um montante padrão para a remuneração adequada. Logo, a licença compulsória difere da revogação unilateral de patentes de tecnologias ambientais², uma vez que esta implica o não reconhecimento dos DPIs pelo país que revoga a patente.

Atualmente, a licença compulsória é concedida somente a medicamentos, devido à Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública, adotada em novembro de 2001³, após anos de embates entre PEDs e multinacionais farmacêuticas. Na França, por exemplo, o mecanismo pode ser adotado quando não há oferta suficiente do medicamento ou seu preço se encontra exageradamente elevado. PEDs como Brasil e Tailândia também decretaram a medida para poupar gastos no tratamento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS, sigla em inglês). Contudo, o instrumento também pode ser aplicado em outros setores: a Lei do Ar Limpo dos EUA, por exemplo, admite seu uso para patentes de tecnologias para combater a poluição atmosférica.

Sob essa lógica, um país pode lançar mão do licenciamento compulsório para fabricar equipamentos e produtos necessários para a mitigação de gases-estufa e ações de adaptação às alterações climáticas, desde que tente anteriormente licença voluntária do detentor da patente. Esta pode ser dispensada em casos de eventos climáticos enquadrados como circunstâncias de emergência nacional, uso público ou práticas anticompetitivas da indústria detentora da patente. Contudo, a autorização da exportação de cópias genéricas de tecnologias ambientais necessitaria de respaldo por um instrumento legal. Uma opção seria aprovar declaração similar àquela dos fármacos para tecnologias associadas às mudanças climáticas em uma reunião ministerial da OMC.

Nas reuniões preparatórias à COP 15, o G-77 e China apresentaram proposta de inclusão, no acordo climático, de um dispositivo para a liberação da exportação de tecnologias ambientais patenteadas sob o regime do licenciamento compulsório. Tal proposta visa a internalizar, na UNFCCC, a discussão sobre a aplicação do artigo 31 do Acordo de TRIPS às tecnologias ambientais patenteadas. Provavelmente, a OMC e a UNFCCC precisarão buscar um entendimento comum, tendo como horizonte os compromissos do novo acordo quanto à redução nas emissões e à adaptação das regiões vulneráveis, a fim de evitar conflito contraproducente ao regime climático.

No lugar de flexibilizar ainda mais os DPIs, os PDs trabalham para fortalecê-los no contexto das negociações climáticas. Uma de suas estratégias, apoiadas por lobbies corporativos, visa a impedir a liberação das exportações de genéricos de tecnologias ambientais. É o caso do relatório sobre a conferência de Copenhague publicado pela Câmara de Comércio dos EUA⁴, que acusa o G-77 de apoiar o licenciamento compulsório para enfraquecer os DPIs. O documento afirma que a remoção de incentivos aos DPIs representaria um “roubo legalizado” da propriedade intelectual. Algumas das mais inovadoras companhias no mundo desenvolvido simplesmente abandonariam o desenvolvimento de tecnologias de energia limpa, prevê o relatório. Os lobbies pró-DPIs também argumentam que as patentes estimulam a inovação, na medida em que tornam pública a invenção e remuneram o detentor da tecnologia pelo investimento em pesquisa. Seguindo o raciocínio, um ambiente favorável à inovação também seria o ideal para impulsionar a competitividade na indústria e baixar os custos.

No entanto, a patente não pode inibir a própria inovação? Seminário sobre comércio e clima realizado em Copenhague em junho de 2008, com apoio do governo dinamarquês, levantou possíveis respostas à pergunta. Segundo um artigo discutido no evento, a propriedade intelectual é potencialmente incentivo e obstáculo à transferência de tecnologia⁵. Um nível excessivo de proteção aos DPIs pode sufocar a inovação ou tornar mais difícil o acesso à tecnologia, adverte o artigo. Exemplo clássico de barreira associada a questões ambientais foi a tentativa da Índia de produzir o gás refrigerante Hidro Flúor Carbono-134a (HFC-134a) para substituir o Cloro Flúor Carbono (CFC), principal substância responsável pelo buraco na camada de ozônio. Um fabricante indiano de CFC revelou que o detentor de uma patente do HFC-134a estipulou o valor da licença em US\$ 20 milhões a US\$ 25 milhões. A cifra superava em quase três vezes os US\$ 8 milhões que a indústria indiana calculou em 1996 como valor máximo da licença, de modo a proporcionar margem de lucro razoável ao fabricante do gás⁶.

No lado dos PDs, os argumentos pró-patentes serão sustentados na COP 15 por estudos como *Are IPR a barrier to the transfer of climate change technology?*, produzido para a Comissão Europeia, que o publicou em janeiro de 2009⁷. O estudo pondera que não é correto usar o caso dos fármacos para justificar o licenciamento compulsório de tecnologias ambientais. Argumenta que, diferentemente dos medicamentos, o mercado de tecnologias ambientais é menos concentrado, o que favoreceria a concorrência e evitaria preços abusivos. Além disso, as tecnologias patenteadas não são necessariamente mais caras e há muitas tecnologias ambientais sem patentes à disposição dos PEDs. O alto custo de algumas tecnologias de redução de emissões é atribuído mais ao fato de serem pouco difundidas. Contudo, o próprio estudo reconhece que um corte mais ambicioso nas emissões dos PEDs poderá demandar tecnologias pouco difundidas, e por isso mais caras, sobretudo turbinas eólicas oceânicas, energia solar fotovoltaica, bem como biocombustíveis de segunda e terceira gerações.

O trabalho também sustenta que os DPIs não constituem obstáculo à transferência de tecnologias com baixa emissão de carbono para a vasta maioria dessas nações. Tal conclusão baseia-se na análise de uma amostra de 21.842 patentes registradas em PEDs. Apenas 0,1% das patentes da amostra foram registradas em países de baixa renda. Contudo, é discutível utilizar o caso dos países pobres para justificar que as patentes não constituem barreira à transferência de tecnologia. Os países de baixa renda representam menos de 20% das emissões globais anuais de gases-estufa. Por conseguinte, a discussão sobre DPIs parece ser mais relevante no grupo das 17 maiores economias do mundo, que respondem por quase 80% das emissões globais anuais. Sendo mais específico, a disputa principal ocorre entre PDs e economias emergentes do mundo em desenvolvimento, como África do Sul, Brasil, China, Coreia do Sul, Índia, Indonésia e México. Como as emissões dos PEDs já representam mais da metade das emissões globais e devem continuar crescendo a taxas muito mais elevadas que as dos PDs, a negociação sobre custo e acesso às tecnologias é nevrálgica para o sucesso do novo acordo climático.

* Jornalista especializado em economia e meio ambiente e colaborador do GVCes na área de mudanças climáticas.

- 1 Disponível em: <http://unfccc.int/files/meetings/ad_hoc_working_groups/lca/application/pdf/technology_proposal_g77_8.pdf>.
- 2 Esta proposta foi apresentada nas negociações prévias à COP 15 por países do G-77, por exemplo, a Bolívia.
- 3 O documento entrou em vigor em agosto de 2003.
- 4 Institute for 21st Century Energy/U.S. Chamber of Commerce. The Prospects for Copenhagen: more realism can smooth the way. Washington, DC, US. November, 2009. Disponível em: <http://www.energyxxi.org/reports/15347_Copenhagen.pdf>.
- 5 ICTSD/IISD. Climate change, technology transfer and intellectual property rights. Switzerland. Switzerland, august/2008. Disponível em: <www.iisd.org/publications/pub.aspx?pno=1000>.
- 6 Walker, Simon. The TRIPS Agreement, Sustainable Development and the Public Interest: Discussion Paper. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK and CIEL, Geneva, Switzerland. Disponível em: <<http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/EPLP-041.pdf>>.
- 7 Disponível em: <http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2009/february/tradoc_142371.pdf>.

É tempo de uma Organização Mundial das Finanças

Barry Eichengreen*

A origem e os desdobramentos da crise financeira atestaram a incompatibilidade entre os mecanismos de regulação financeira existentes e os desafios impostos pelos intensos fluxos de capitais do cenário contemporâneo. Diante da necessidade de uma reforma regulatória coordenada internacionalmente, este artigo apresenta a proposta de criação de uma organização especificamente voltada a esse fim.

O ponto de contato entre os diversos - e confusos - processos de reforma na regulação dos mercados financeiros é a necessidade de que esta seja coordenada internacionalmente, sob pena da perpetuação de um nivelamento por baixo. Mesmo os países que estão preparados para pagar o preço de uma regulação financeira mais rigorosa correrão o risco de sofrer os impactos de problemas financeiros originados em outras partes do mundo, onde a regulação é menos adequada.

Existem diversos mecanismos para tratar destes problemas no âmbito internacional: o Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, o Comitê de Estabilidade Financeira e o Fundo Monetário Internacional (FMI). O que todas essas instituições têm em comum é que nenhuma conseguiu evitar a ocorrência da maior crise financeira em quase um século.

É necessário não apenas um fórum para a discussão de parâmetros regulatórios comuns, mas também um mecanismo para assegurar que os países os cumpram. A minha proposta é a criação de uma Organização Mundial das Finanças (OMF), análoga à Organização Mundial do Comércio (OMC). Da mesma forma que esta estabelece princípios de conduta em política comercial sem determinar medidas específicas, a OMF estabeleceria princípios para a supervisão prudencial - exigências de capital e liquidez; limitação da concentração de portfólio e de empréstimos relacionados; adequação de sistemas de mensuração de riscos e controles internos - sem prescrever de forma detalhada a estrutura regulatória a ser adotada.

A OMF definiria as obrigações de seus membros, os quais estariam obrigados a cumprir padrões internacionais de supervisão e regulação em seus mercados e instituições financeiras. A condição de membro seria obrigatória a todos os países que buscassem livre acesso a mercados estrangeiros para as instituições financeiras incorporadas sob suas leis. A OMF indicaria painéis de especialistas independentes para determinar se seus membros estão agindo em conformidade com suas obrigações. Em especial, a Organização autorizaria a imposição de sanções contra países que não cumprissem as suas obrigações, de modo que outros membros estariam autorizados a restringir, em seus mercados, a atuação de bancos e instituições financeiras incorporadas no país ofensor. Isto significaria um incentivo real para a observância das regras.

Há quem argumente que os governos nacionais nunca permitiriam que uma organização internacional ditasse suas políticas regulatórias internas. A resposta é que a OMF não teria competência para "ditar": as especificidades da implementação seriam deixadas à discrição individual dos países. Os membros ainda seriam capazes de adequar as regras de supervisão bancária e regulação às particularidades de seus mercados financeiros. Entretanto, tais especificidades teriam que se conformar aos princípios gerais definidos na carta da OMF e demais textos vinculantes.

Podemos pensar em diversos motivos para hesitar diante da possibilidade de criação de mecanismo semelhante à OMC em matéria de finanças. No caso dos Estados Unidos da América (EUA), aprendemos que a indústria de serviços financeiros constitui um poderoso lobby. É quase certo que rejeite quaisquer novos acordos internacionais que a sujeite a padrões regulatórios mais rígidos e que a exponha a potenciais sanções internacionais. Na medida em que o setor financeiro é ainda mais concentrado do que os outros - especialmente após a crise, que deixou metade das empresas do setor sob controle de quatro grandes bancos -, ele é capaz de se mobilizar de maneira mais eficiente. Não aceitará que os EUA venham a ser membros de uma OMF sem resistência.

Quanto aos mercados emergentes, existiriam preocupações de que uma OMF sujeite economias em desenvolvimento a um sistema regulatório delineado por países ricos, para atender suas próprias necessidades. Neste ponto, é importante estabelecer um processo em que mercados emergentes tenham voz adequada, de modo que possam utilizar sua influência para determinar parâmetros regulatórios compatíveis com suas necessidades especiais. Também podem existir condições para um "tratamento especial e diferenciado", tal como aquele temporariamente conferido aos países em desenvolvimento (PEDs) na OMC.

Quem teria o poder de iniciar contenciosos, neste modelo de OMF? Pode-se imaginar funcionamento semelhante ao comercial nas disputas financeiras: os litígios da OMC são iniciados por países que se sentem prejudicados por políticas comerciais estrangeiras. De modo geral, admite-se que, no caso das finanças, o "dano" provocado por uma conduta ilícita seria potencialmente mais difuso, e as repercussões financeiras negativas, potencialmente mais abrangentes. Dada a rapidez do funcionamento destes mercados, torna-se ainda mais importante corrigir problemas antes de sua concretização. Deste modo, seria importante que existissem dispositivos autorizando painéis de árbitros independentes da OMF a iniciar contenciosos por iniciativa própria. Estes litígios poderiam tomar como base as Avaliações do Setor Financeiro do FMI e do Banco Mundial, bem como outros documentos.

Alguns poderiam argumentar que esta proposta de criação de uma OMF implicaria dar um passo grande demais. Contudo, se há algo que a crise nos ensinou, é que os arranjos existentes para coordenar a supervisão e a regulação financeira não estão à altura desta tarefa. Se queremos agir com seriedade para evitar a ocorrência de outra crise tão arrasadora quanto a que acaba de passar, é chegada a hora de pensar com mais criatividade.

* Professor de Economia e Ciência Política da Universidade da Califórnia, Berkeley.

Desafios da América Latina no combate às mudanças climáticas

Javier Sabogal Mogollón*

Para os países latino-americanos, as atuais negociações climáticas constituem cenário importante para a identificação de temas críticos. Com base nestes pontos, a região deve congrega esforços a fim de promover acordos regionais e empreender ações baseadas nas políticas públicas nacionais.

O fenômeno das mudanças climáticas adquire relevância pelos impactos observados ao redor do mundo. Em relação à América Latina, o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, sigla em inglês) aponta impactos esperados para a região, dentre os quais se destacam: (i) intensificação da variação climática e de eventos extremos; (ii) variações consideráveis sobre os padrões pluviométricos; (iii) aumento da temperatura média de 1 a 4°C até o final do século; (iv) risco significativo de extinção de espécies em diversas zonas tropicais; (v) aumento entre 7 e 77 milhões no número de pessoas com dificuldade de acesso à água até 2020; e (vi) sobre as zonas costeiras, alta incidência de impactos climáticos como elevação no nível do mar, variação climática e eventos extremos¹.

Nesse sentido, as atuais negociações sobre mudanças climáticas (MCs) configuram um contexto estratégico para a região, uma vez que resultam em decisões de importância com vistas a enfrentar o fenômeno. Assim, é necessário que os países da América Latina identifiquem temas prioritários, nos quais possam concentrar esforços a fim de alcançar um acordo.

Reconhecendo as peculiaridades de cada país, bem como das subregiões dentro deles, há três aspectos que merecem atenção especial: (i) o mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD); (ii) a adaptação de ecossistemas naturais; e (iii) a conversão em economias de baixa intensidade em consumo carbono, por meio da eficiência energética e do uso de fontes renováveis.

Programas de REDD e adaptação de ecossistemas

De forma geral, considera-se que os países latino-americanos possuem baixo nível de emissões de gases de efeito estufa (GEEs). Entretanto, as estimativas, por vezes, não consideram as emissões geradas por mudanças no uso do solo, as quais representam a principal fonte de emissões em vários países da região. Um estudo do Banco Mundial aponta que cerca de metade das emissões na América Latina decorre deste fator. Em alguns países - como Bolívia, Brasil, Equador, Guatemala e Peru -, a marca supera 60%, o que contribui, em grande parte, para que a região responda por 12% das emissões globais².

Diante desse quadro, as discussões acerca de programas de REDD podem gerar grandes oportunidades; de fato, já é possível observar sinais nesse sentido. O fundo do Mecanismo de Parceria para o Carbono Florestal (FCPF, sigla em inglês) do

Banco Mundial - apresentado na 13ª Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), realizada em Bali, em 2007 - tem como objetivo oferecer apoio financeiro no valor de US\$ 185 milhões para desenvolver capacidades em REDD³. Dos 37 países beneficiados, representam a região: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru e Suriname.

Também, a adaptação consiste em fator de vital importância para a região, que não dispõe de recursos suficientes para enfrentar os impactos apontados anteriormente. O Plano de Ação de Bali (PAB) estabeleceu que a cooperação internacional deveria se concentrar especialmente nos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) e pequenos estados insulares. Igualmente, atenção especial deve ser destinada às necessidades dos países africanos atingidos por secas, inundações e desertificação. Dessa forma, é necessário rever a estratégia de negociação da região, uma vez que o PAB deixou de incluir zonas extremamente vulneráveis da América Latina no grupo considerado prioritário.

Nesse sentido, cabe ressaltar que dois dos três ecossistemas mais vulneráveis do mundo se encontram na região. Os corais e ecossistemas de alta montanha são vitais por proverem serviços ambientais e para o desenvolvimento. Os corais são os ecossistemas marinhos de maior diversidade biológica, servindo de criadouro a 65% das espécies de peixe da região. Qualquer ação voltada à conservação deste ecossistema significa proteger indústrias importantes como a pesqueira.

De forma semelhante, os ecossistemas de alta montanha têm sofrido os impactos das MCs. As geleiras dos Andes tropicais de Bolívia, Colômbia, Equador e Peru têm assistido a uma diminuição em sua área devido a fenômenos relacionados, como as alterações de temperatura e umidade⁴. Esta situação não se reduz à questão estética de não se avistar os picos nevados no futuro, pois seu desaparecimento traria também consequências econômicas significativas - especialmente para o abastecimento de água e energia. A esse respeito, o Banco Mundial aponta que milhões de pessoas enfrentariam grave escassez de água até 2020. No que toca à energia, é preciso considerar que 73% da energia elétrica na região andina é gerada por centrais hidroelétricas, as quais dependem principalmente da água proveniente das montanhas⁵.

Rumo à eficiência energética

A energia representa outro tema essencial para discussão. Há uma visão generalizada de que a matriz energética da região é limpa, uma vez que baseada principalmente em usinas hidráulicas, e não térmicas. Entretanto, no Brasil, o impacto ambiental das centrais hidrelétricas tem sido questionado. Pesquisas indicam que, sob certas condições, as emissões de GEEs decorrentes da geração de metano em grandes represas podem superar as que seriam geradas pela instalação de usinas termelétricas⁶.

Além deste interessante debate, é importante reconhecer que a forte dependência em relação a determinadas fontes de energia coloca a América Latina em posição bastante vulnerável. Além dos impactos relacionados às MCs, espera-se o agravamento de fenômenos como o El Niño, o que resultaria em graves restrições na disponibilidade de recursos hídricos. Na Colômbia, por exemplo, a medida adotada para gerar energia em caso de escassez hídrica foi o recurso a centrais termelétricas, como ocorreu na temporada de seca de 2009, causada pelo El Niño.

Por esta razão, os países latino-americanos deveriam priorizar em suas agendas de negociação a mitigação de emissões de GEEs, por meio de projetos de eficiência energética e desenvolvimento de fontes renováveis de energia. Instrumentos como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) apresentam má distribuição geográfica de projetos: apenas quatro países (Brasil, China, Índia e México) concentram 73% dos programas aprovados⁷. Sob outra perspectiva, a região deve propor alternativas, de modo a permitir que os demais países também usufruam deste mecanismo, e possam percorrer um caminho de desenvolvimento com baixa intensidade em carbono, com o apoio dos países desenvolvidos (PDs).

Mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável

É necessário que os países latino-americanos evitem concentrar as negociações ou o apoio internacional à busca de recursos para seu desenvolvimento sustentável. Em lugar disto, devem chegar a uma decisão política em conformidade com o novo quadro apresentado pelas MCs. Por exemplo, a Coreia do Sul tem defendido uma nova visão de desenvolvimento para os próximos 60 anos, baseada em uma economia pouco intensiva em carbono, atrelada ao investimento em energias limpas⁸.

Mais próximo encontra-se o exemplo da Costa Rica, que adotou o compromisso de neutralidade em carbono. Esta decisão representa uma continuidade de políticas implementadas desde a década de 90, como o Programa Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), financiado por 3,5% da renda obtida com impostos sobre combustíveis fósseis (cerca de US\$ 10 milhões ao ano). Em função de decisões políticas de longo prazo como esta, o país deixou de figurar entre os que possuem as mais altas taxas de desmatamento do mundo, e passou a apresentar taxas negativas. Atualmente, o país é considerado referência em preservação de bosques, o que contribuiu para torná-lo um dos principais destinos de turismo natural.

O país ocupa a 42ª posição no Índice de Competitividade de Viagens e Turismo, e a 1ª entre os países latino-americanos.

Por outro lado, países como Bolívia, Colômbia e Venezuela têm baseado seu crescimento na extração de combustíveis fósseis, a despeito das novas tendências de consumo que se desenham no âmbito internacional em razão das MCs. Grandes mercados consumidores de energia podem não apresentar a mesma demanda por fontes de energia não renováveis no futuro, invertendo o quadro atual de dependência dos combustíveis fósseis. Este é o caso do mercado europeu, que apresentou recentemente um pacote de medidas para reduzir suas emissões em 20% e incrementar a utilização de energias renováveis na mesma proporção até 2020. Também enquadram-se nesta projeção os Estados Unidos da América (EUA), com sua nova política de controle de emissões, que inclui o projeto de lei em discussão perante o Senado do país. O mercado asiático também segue esta tendência: o Japão, por exemplo, incrementou seus compromissos de redução; e a China editou, em 2006, legislação de incentivo ao desenvolvimento de fontes renováveis de energia, o que sustenta os pesados investimentos no setor.

Diante deste cenário, evidencia-se a necessidade de os países reverem o modelo de desenvolvimento que buscam. As MCs alteram o cenário de modo que produtos como petróleo - e outros cuja combustão resulta em emissões de carbono - deixam de figurar como a melhor alternativa. É essencial buscar opções para aproveitar as vantagens que os países latino-americanos possuem para percorrer uma trajetória de desenvolvimento com menor pegada de carbono (carbon footprint), bem como para se adaptar aos impactos do fenômeno climático. Em muitos desses países, o desenvolvimento de energias alternativas e o aproveitamento das riquezas naturais - bosques, biodiversidade e serviços ambientais prestados pelos ecossistemas - podem representar opções para aproveitar as vantagens competitivas e comparativas da região.

* Mestre em Economia Ambiental e dos Recursos Naturais pela Universidade dos Andes (Colômbia) e Mestre em Mudanças Climáticas pela Universidade East Anglia (Reino Unido). Assessor de mudanças climáticas e serviços ambientais da WWF Colômbia.

- 1 Magrin G.; et al. Latin America. Climate Change 2007: impacts, adaptation and vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the IPCC. Cambridge: Cambridge University, 2007, pp. 581-615.
- 2 De la Torre A.; Fajnzylber P.; Nash J. Desarrollo Con Menos Carbono: respuestas latinoamericanas al desafío del cambio climático. BIRD / Banco Mundial. Washington D.C., 2009.
- 3 Para mais informações, ver: <http://www.forestcarbonpartnership.org/fcp/sites/forestcarbonpartnership.org/files/Documents/PDF/FCPF_FY09_Annual_Report_10-22-09.pdf>.
- 4 Bates B.C.; et al. Climate Change and Water. Technical Paper of the Intergovernmental Panel on Climate Change. IPCC Secretariat, Geneva, 2008, p. 210.
- 5 Amat y León C. El Cambio Climático No Tiene Fronteras: impacto del cambio climático en la Comunidad Andina. Secretaría General de la Comunidad Andina. Lima, Perú, 2008.
- 6 Dos Santos M. A.; et al. Gross Greenhouse Gas Fluxes from Hydro-Power Reservoir Compared to Thermo-Power Plants. Energy Policy, Vol. 34, 2006, pp. 481-88.
- 7 Ver: <<http://www.cdmpipeline.org/cdm-projects-region.htm#1>>.
- 8 Hong Seong Hoa. Crecimiento Verde: Un Nuevo Camino Para Corea. Presentación realizada en el seminario internacional "Economías Verdes en la Crisis Global: Oportunidades para Colombia". Bogotá, 14 e 15 abr. 2009.

Provisões sobre conhecimento tradicional e biodiversidade no TLC AELC-Colômbia

David Vivas-Eugui*

A natureza do relacionamento entre os direitos de propriedade intelectual e a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD, sigla em inglês) é matéria controversa. O Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) tem constituído objeto de críticas por não apresentar dispositivos específicos sobre “biopirataria”. No entanto, recentemente, alguns acordos comerciais na América Latina incorporaram linguagem específica sobre o tema.

Desde a implementação, em 1996, do Acordo de TRIPS, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), diversos fóruns internacionais têm trabalhado para chegar a um acordo que discipline a relação entre propriedade intelectual e biodiversidade. O debate estendeu-se para outros fóruns no início dos anos 2000, quando outras organizações internacionais - tais como a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI)¹ e a Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) da CBD² - engajaram-se na discussão, aportando suas perspectivas particulares.

No centro dos debates, está o fato de que provisões sobre propriedade intelectual do Acordo de TRIPS podem gerar incentivos para a incorporação ou uso de recursos genéticos - e seus derivados - ou de conhecimento tradicional em novas invenções patenteáveis. Tais incentivos podem ser concedidos, ainda, para a aquisição de direitos de propriedade intelectual sobre novas espécies de plantas resultantes de cruzamentos genéticos.

Críticas são direcionadas à ausência, no Acordo de TRIPS, dos mecanismos necessários para evitar a chamada “biopirataria” - acesso ilegal a recursos genéticos e conhecimento tradicional, bem como sua apropriação ilícita. Além disso, é preocupante a inexistência de dispositivos com vistas a resolver a precariedade do exame de patentes no campo da biotecnologia.

Recentemente, entretanto, houve algum avanço no tratamento de questões relacionadas a comércio e biodiversidade no âmbito de tratados de livre comércio (TLCs) bilaterais. Por exemplo, o emprego de linguagem não-vinculante - ainda que valiosa em termos de amplitude da cobertura - pode ser observado nos já ratificados TLCs Estados Unidos da América (EUA)-América Central (também conhecido pela sigla US-CAFTA), EUA-Peru, EUA-Colômbia (ainda em negociação) e Canadá-Peru. O tema também foi incorporado ao acordo de parceria econômica (EPA, sigla em inglês) da União Europeia (UE) com o Fórum Caribenho para Estados Africanos, Caribenhos e do Pacífico (Cariforum). Cada um destes tratados de comércio estabeleceu certos objetivos, mecanismos de implementação limitados e alguma forma de cooperação para elevar a qualidade das patentes. No entanto, os países desenvolvidos (PDs) relutaram em tratar da biodiversidade, até a questão ser, pela primeira vez, seriamente abordada no recente TLC firmado entre a Associação Europeia de Livre Comércio (AELC)³ e a Colômbia.

Colômbia e Peru exploram novos caminhos

A falta de iniciativa dos países em desenvolvimento (PEDs) em propor a inserção de temas que relacionam propriedade intelectual e biodiversidade é apontada como uma das principais razões pelas quais tão poucos TLCs entre PDs e PEDs contêm provisões sobre a matéria. Este silêncio por parte dos PEDs é devido, provavelmente, à falta de clareza para encaminhar a questão em um contexto bilateral.

Dentro desse quadro, as negociações comerciais dos EUA com Colômbia e Peru representam um ponto de inflexão. Nessa ocasião, os dois países andinos apresentaram propostas direcionadas à incorporação de provisões relacionadas à biodiversidade no capítulo sobre propriedade intelectual. Essas propostas incluíram as seguintes medidas:

- (i) o reconhecimento de que os direitos de propriedade intelectual devem ser concedidos em conformidade à CBD e à legislação nacional sobre biodiversidade e conhecimento tradicional;
- (ii) a incorporação de mecanismos de identificação da origem/fonte, da evidência de consentimento previamente informado (PIC, sigla em inglês) e dos acordos de compartilhamento de benefícios;
- (iii) a inclusão de um mandato para que um sistema sui generis (de seu próprio gênero) efetivo de proteção ao conhecimento tradicional seja desenvolvido em nível nacional; e
- (iv) a incorporação de medidas de execução e acordos de cooperação sobre o exame de patentes e troca de informação.

Essas quatro medidas foram rejeitadas pelos EUA e apenas dois entendimentos complementares - cuidadosamente elaborados - foram anexados ao acordo. Esses documentos têm sido duramente criticados por integrantes da sociedade civil e até por ex-negociadores colombianos e peruanos, em razão do que eles chamam de linguagem “exortativa” e da falta de obrigações específicas. Contudo, o debate sobre a matéria nos diálogos e a identificação de um resultado - ainda que pequeno - motivaram estes e outros países ricos em biodiversidade a apresentar propostas mais precisas nas negociações subsequentes.

Seção sobre biodiversidade inédita em TLC

A Suíça tem reputação internacional proeminente nesse campo inexplorado⁴. A legislação avançada do país - que exige a revelação da origem dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional nos pedidos de patente - mostra abertura e receptividade a estas preocupações, na ausência de um acordo internacional ou benefício comercial a seus cidadãos. Assim sendo, o governo suíço apresentou várias propostas⁵ que previam a introdução de requerimentos de origem no âmbito da OMC e da OMPI.

Em razão de sua experiência na área, a Suíça - juntamente com a Noruega⁶ - foi diretamente envolvida nas negociações dos TLCs AELC-Colômbia e AELC-Peru. Os países europeus revisaram as proposições dos países andinos e sugeriram ajustes específicos no capítulo sobre propriedade intelectual.

O TLC AELC-Colômbia foi assinado em novembro de 2008 e encontra-se, atualmente, em processo de ratificação. Em entrevista recente à publicação *Bridges Trade BioRes*, o Instituto Federal de Propriedade Intelectual na Suíça (IPI, sigla em francês) e o Secretariado para Assuntos Econômicos do país (SECO, sigla em francês) revelaram que o processo de ratificação pode se estender até meados de 2010. Inicialmente, Colômbia e Peru engajaram-se em negociações conjuntas com a AELC. No entanto, os países se separaram no decorrer do processo de negociação, o que permitiu ao acordo colombiano ser finalizado primeiro.

No capítulo sobre propriedade intelectual, o acordo AELC-Colômbia contém uma seção intitulada “Medidas Relacionadas à Biodiversidade”, a primeira do tipo em um TLC. O título atribuído à seção sugere um posicionamento ativo em relação à matéria, haja vista a incorporação do termo “Medidas”. De acordo com o IPI e o SECO, a inclusão desse texto resultou de pedido específico das delegações colombiana e peruana.

A referida seção inclui provisões que atribuem importância aos objetivos e às principais obrigações no âmbito da CBD. Ademais, reconhece a relevância de princípios básicos, como o direito soberano sobre recursos genéticos, bem como o respeito ao acesso e compartilhamento de benefícios, à luz de princípios e provisões do direito nacional e internacional. A seção valoriza, ainda, as contribuições de populações indígenas e comunidades locais, além de ressaltar a importância do conhecimento destas para o desenvolvimento econômico e social.

Uma questão importante que surge da incorporação da nova seção ao TLC AELC-Colômbia diz respeito às consequências da aplicação dos princípios da Nação Mais Favorecida (NMF) e do tratamento nacional. Alguns especialistas dizem que certos aspectos da nova seção sobre medidas relativas à biodiversidade devem sujeitar-se ao artigo 4 do Acordo de TRIPS. Este estende automaticamente qualquer privilégio garantido a uma das Partes a todos os outros membros da OMC. Isso também ocorreria no caso do princípio do tratamento nacional, caso os mesmos privilégios estivessem incorporados à legislação nacional.

A resposta final depende da consideração dessas novas medidas como parte de qualquer uma das categorias de propriedade intelectual estipuladas nos Acordos de TRIPS ou em certos tratados da OMPI, tal como a Convenção de Paris. Depende, ainda, de as provisões em questão criarem ou aumentarem a proteção aos direitos de propriedade intelectual para os cidadãos de um Estado-membro da OMC.

Há quem defenda que algumas das medidas desse capítulo se enquadram na seção de provisões sobre os direitos sui generis relativos às patentes. A seção “Medidas Relacionadas à Biodiversidade” pode afetar os critérios de exame da patenteabilidade - por exemplo, inovação e avanço criativo -, a descrição da invenção e a avaliação de reivindicações feitas a respeito de determinada patente.

Outros podem considerar que essas exigências são externas ao sistema de obtenção de patentes, e mais do que isso: que os países podem até excluir a possibilidade de algumas formas de vida serem patenteadas. Essa linha de argumentação pode ser fundamentada em diversos documentos e pronunciamentos realizados no longo debate acerca do artigo 27.3 b), revisado pelo Conselho de TRIPS. Além disso, o reconhecimento dos direitos relacionados ao conhecimento tradicional podem ser considerados forma sui generis da proteção à propriedade intelectual que abarca recursos genéticos de plantas.

Considerações finais

A nova seção sobre “Medidas Relacionadas à Biodiversidade”, inserida no capítulo sobre propriedade intelectual do TLC AELC-Colômbia, mostra que é possível criar sinergias entre as provisões de propriedade intelectual e os objetivos e princípios da CBD, sem afetar os direitos dos detentores de patentes. De certa forma, a seção reconhece as demandas formuladas por países ricos em biodiversidade. Além disso, a linguagem proposta incorpora muitas das proposições feitas pelo Conselho de TRIPS e pela OMPI, bem como propostas apresentadas em negociações de TLCs anteriores.

Nesse sentido, ela inclui - pela primeira vez - medidas precisas em matéria de biodiversidade, as quais se apoiam em algumas provisões de execução. Esse precedente lança perspectivas positivas para o futuro de TLCs com a AELC, e pode ser utilizado como referência para os TLCs, bem como acordos de comércio e cooperação negociados entre a UE e países da América Central ou da região andina.

Ainda que os TLCs entre a AELC e a Colômbia ou o Peru tenham sido limitados em termos de países envolvidos - mesmo considerando o papel de supervisor desempenhado pela Suíça e o apoio individual da Noruega -, eles constituem um marco no tratamento da questão. Outras negociações poderão utilizar o seu exemplo ao lidar com a questão da biodiversidade nas discussões em matéria de propriedade intelectual.

* Vice-diretor de projetos no International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD).

- 1 Grupo de Trabalho Intergovernamental sobre Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore (IGC, sigla em inglês).
- 2 Negociação de um regime internacional sobre compartilhamento de acesso e benefícios.
- 3 Os membros da AELC incluem Liechtenstein, Islândia, Noruega e Suíça. O primeiro TLC da AELC com um PED foi negociado com Marrocos em 1997, e o mais recente, foi firmado com a Colômbia em 2008. Atualmente, as negociações com o Peru encontram-se em estágio avançado.
- 4 Ver o artigo 49 a) da Lei Federal da Suíça sobre Patentes para Invenção, 2007.
- 5 Ver os documentos da OMC: IP/C/W/433 de novembro de 2004 e IP/C/W/447, de maio de 2005.
- 6 A Noruega é outro dos poucos PDs que já introduziu requisito de revelação de origem em nível nacional.
- 7 Idem, artigo 6.5.1 ao 3.

Promoção da indústria de energia eólica na China: implicações para o mercado mundial

Gordon Y. Liao*

Com 70% de sua eletricidade proveniente de usinas termoeletricas, a China reconheceu recentemente que precisa diversificar sua matriz energética com incremento de alternativas renováveis. Nos últimos cinco anos, o País dobrou sua capacidade anual de produção de energia eólica, criando oportunidades para os fornecedores de turbinas. Tal período de bonança, entretanto, parece próximo ao fim.

Os produtores de turbinas estrangeiros, a despeito da expansão das vendas, têm perdido espaço no mercado da China para os concorrentes locais, uma tendência estimulada tanto pela diferença de preços, como pela preferência do estado chinês pela produção nacional.

O agressivo plano chinês

A capacidade em energia eólica da China é a que mais cresce no mundo devido, em grande parte, a políticas domésticas. A lei chinesa sobre energias renováveis de 2006 estipulou que grandes conglomerados de energia deveriam gerar 3% de eletricidade renovável não convencional até 2010 e 8% até 2020. Estabeleceu também que US\$ 67 bilhões do pacote de estímulo deveriam ser destinados ao desenvolvimento de energias sustentáveis. O país também planeja investir US\$ 440 bilhões em um pacote de estímulo verde, que visa fomentar o setor de energias renováveis ao longo das próximas duas décadas.

Os produtores chineses devem suprir 75% do mercado doméstico até o final do ano, diante dos 25%, de quatro anos atrás. A escala dos novos projetos promete abrir precedentes. Segundo Sebastian Meyer, coordenador de pesquisa da Azure International, empresa especializada em projetos de energia sustentável na China, o cenário envolve projetos de 10 a 30 gigawatts. Apenas um deles equivale a toda a capacidade instalada na Alemanha.

Uma história de preferência pelo vento

Estratégias adotadas pelo governo chinês, como a exigência de conteúdo nacional e a concessão de incentivos fiscais, têm sido alvo de críticas. Contudo, tais práticas continuam a ser empregadas corriqueiramente no país.

De acordo com Steve Sawyer, secretário-geral do Conselho Global sobre Energia Eólica, o governo chinês possui duas orientações nessa área: o aprimoramento da matriz energética e a construção da indústria nacional. Ademais, Sawyer ressalva que a opção pelas indústrias locais reproduz-se em qualquer governo.

Da mesma forma que os Estados Unidos da América (EUA) praticam a cláusula "Buy American", o pacote chinês de US\$ 486 bilhões enfatiza o apoio à indústria doméstica. Ademais, como a China ainda não assinou o Acordo sobre Compras Governamentais, parte do procedimento de adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), não há qualquer obrigação de abertura a firmas estrangeiras do mercado de compras efetuadas pelo governo.

Redefinindo o "Made in China"

Apesar dos avanços tecnológicos significativos experimentados pelas empresas chinesas, ainda não há clareza sobre a qualidade das turbinas chinesas em comparação às estrangeiras. Na ausência de um monitoramento específico do desempenho das fazendas eólicas em território chinês, a consultoria New Energy

Balance aplicou testes, com base em estimativas feitas a partir do comércio de créditos de carbono. A média encontrada para o fator de capacidade das turbinas chinesas foi de 22,1%, ante a 25,3% das estrangeiras.

Muitos concordam que a presença de competidores externos pode não resultar efetivamente em transferência de tecnologia, mas é indispensável para a criação de uma rede de conhecimento que facilite o trânsito do capital humano e cognitivo entre as firmas. Alguns observadores alertaram que a marginalização das firmas estrangeiras poderia ser desastrosa para o mercado chinês no futuro.

Perspectiva da indústria

Firmas estrangeiras têm demonstrado insatisfação com as preferências nacionalistas de Pequim, contudo, os ganhos obtidos e o potencial de crescimento do mercado chinês continuam a estimular o investimento. Por exemplo, a empresa dinamarquesa Vestas, líder em produção de turbinas, revelou recentemente o plano de construir uma nova fábrica na China, além de aumentar as vendas de turbinas para a Mongólia. A Siemens também construirá sua primeira fábrica na China.

Sawyer afirmou que a experiência chinesa com a exigência de conteúdo nacional favoreceu não apenas os interesses locais, mas a indústria como um todo, pois a cadeia de suprimentos que apóia a indústria doméstica conta cada vez mais com fornecimentos internacionais.

Equilíbrio delicado

O local de origem das turbinas constitui elemento essencial para projetos de energia eólica, uma vez que influencia os custos para a economia local, o que, por sua vez, repercute no grau de aceitação da tecnologia.

Nesse contexto, cabe notar que uma reviravolta protecionista pode ser prejudicial. "Trata-se de um equilíbrio bastante delicado," afirmou Sawyer acerca do protecionismo. "Manter as companhias internacionais fora do mercado pode estancar o desenvolvimento ou resultar em diminuição drástica da qualidade", completou.

Sawyer assegura, por fim, que a trajetória de um país na escolha de fontes de energias alternativas depende da motivação primordial, se econômica ou ambiental. "Caso a preocupação principal for o combate às mudanças climáticas, uma nação sempre desejará, pelo menor preço, o maior número possível de turbinas."

Tradução e adaptação de texto originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes Review*, Vol. 3, N. 2 - out. 2009.

* Gordon Y. Liao é estudante da Faculdade de Artes e Ciências na Universidade de Harvard.

1 O fator de capacidade é calculado, dividindo-se a produção real no decorrer do tempo pela energia que seria produzida se as turbinas operassem em condições ótimas, em tempo integral.

Dada a proximidade da Conferência de Copenhague, o Pontes convidou representantes dos setores governamental, privado e não-governamental para que analisassem seus principais preparativos para o evento, bem como a estratégia que pretendem empreender na reunião sobre mudanças climáticas. Os três artigos a seguir apresentam o posicionamento destes atores-chave.

A aritmética das mudanças climáticas

Luiz Pinguelli Rosa*

O tema das mudanças climáticas tem despertado grande interesse. Nesse sentido, foi uma boa notícia a divulgação, pelo governo brasileiro, de metas voluntárias, que serão levadas à Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês), a ser realizada em Copenhague.

A expectativa para a reunião é obter compromissos mais efetivos dos países para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEEs), de modo a mitigar os efeitos das mudanças climáticas para a humanidade. Uma questão polêmica será a adoção de obrigações de redução de emissões para os países em desenvolvimento (PEDs). Um argumento para adotá-las é o crescimento do consumo de energia, especialmente o da China. A Índia, por sua vez, prevê triplicar suas emissões em 2030. Cabe destacar que os dois países asiáticos utilizam em grande medida o carvão na geração elétrica. Por outro lado, as emissões per capita dos países desenvolvidos (PDs) continuam muito acima daquelas dos PEDs.

O limite de 2°C no aumento da temperatura global demanda um grande esforço para reduzir as emissões dos PDs e controlar as dos PEDs. Alguns fatos recentes são animadores. Um deles é a decisão do governo brasileiro de adotar metas voluntárias. Após o anúncio das metas do Brasil, o presidente dos Estados Unidos da América (EUA), Barack Obama, decidiu apresentar em Copenhague a proposta - ainda não aprovada pelo Senado - de reduzir, até 2020, as emissões estadunidenses a um valor 17% abaixo do registrado em 2005. Por outro lado, a China decidiu que reduzirá a intensidade de carbono de sua economia em 45% em 2020.

O Plano Nacional de Mudanças Climáticas do Brasil aprovado em dezembro de 2008 deu prioridade à redução do desmatamento, prática responsável pela maior parte das emissões brasileiras. Em 2009, houve uma redução de 55% na taxa de desmatamento, cumprindo a meta do Plano, que é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Embora seja preocupante a tendência de aumento na participação de combustíveis fósseis na geração de eletricidade, as hidrelétricas do Madeira, já em construção, e de Belo Monte, a ser construída, são promissoras. Ademais, o crescimento do consumo de álcool nos automóveis alcança o de gasolina no Brasil. A matriz energética do país apresenta 45% de energia renovável - aí incluída a geração

hidrelétrica e os biocombustíveis. É importante ressaltar que este percentual é de 13% no mundo e de 6% nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Após reunião com o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas encaminhou sugestões para as negociações internacionais e apoiou a proposta do MMA de metas de redução das emissões aprovadas pelo Presidente e amplamente divulgadas. A definição de metas foi, em geral, bem acolhida, não tendo havido nenhuma manifestação contrária, ainda que alguns valores tenham sido discutidos.

No entanto, algumas questões técnicas comportam interpretações que acarretam mal-entendidos. Primeiramente, o compromisso assumido pelo Brasil corresponde a reduzir, no cenário mais otimista, o equivalente a 1,05 bilhão de toneladas de CO₂ (tCO₂) até 2020, número semelhante em ordem de grandeza à proposta da administração Obama. Como foi dito, a proposta dos EUA - que é membro do Anexo I da UNFCCC, mas não cumpre as metas do Protocolo de Quioto - é reduzir em 17% o nível de emissões registrado em 2005. Já a do estado de São Paulo será de 20% em relação a este mesmo ano-base.

Em segundo lugar, o Brasil fundamentou seu cálculo em uma projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 5% ao ano. Com base nessa informação, o total de emissões atingiria em 2020 o equivalente a 2,7 bilhões de tCO₂, se não houvesse ações para reduzi-la. Subtraindo 1,05 bilhão de tCO₂, ela se reduz a cerca de 1,7 bilhão de tCO₂. A redução percentual é de 38,9% em relação à emissão de 2020.

Terceiro, com base nas emissões do Brasil em 2009, estimadas em cerca de 2,4 bilhões de tCO₂ - uma vez que não há, até o momento, um inventário oficial de emissões do Brasil posterior a 1994 -, o compromisso é reduzi-las em 2020 a um valor 29,1% menor que os níveis registrados em 2009.

Por fim, a redução aprovada em São Paulo, projetada para o ano 2020 com critérios semelhantes à projeção feita para o Brasil, resulta em cerca de 150 milhões de tCO₂, cerca de 15% da redução proposta para o Brasil de acordo com as metas voluntárias a serem levadas a Copenhague. Este valor foi considerado no cálculo.

* Diretor da COPPE-UFRJ e Secretário-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

O setor privado brasileiro em Copenhague

Antonio Josino Meirelles Neto*

Apesar das perspectivas menos ambiciosas sobre os resultados de Copenhague, o setor privado brasileiro reafirmará seu compromisso com a questão climática e apresentará uma agenda concreta de orientações sobre os principais temas de negociação previstos pelo Plano de Ação de Bali.

Nesta Conferência das Partes (COP, sigla em inglês), a delegação brasileira apresentará uma composição diferente de conferências anteriores: o grupo contará com a participação de mais de 50 representantes de empresas brasileiras e de organizações empresariais que passaram a acompanhar com maior atenção o processo negociador multilateral sobre mudanças climáticas (MCs).

Desde a COP 13, na qual foi definido o Plano de Ação de Bali, houve importantes iniciativas de coordenação no setor empresarial em busca de estratégias conjuntas sobre as negociações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, sigla em inglês). Formaram-se, no Brasil, coalizões entre setores - como a Aliança Brasileira pelo Clima - e entre empresas. Esse esforço resultou em cerca de 12 documentos de posicionamento sobre os temas tratados na negociação, elaborados por mais de 24 organizações empresariais de diversos setores da indústria, do agronegócio e do setor de serviços.

Assim, o setor privado brasileiro tem manifestado uma postura proativa em relação à implementação efetiva das disposições da UNFCCC. É um consenso entre os diversos setores que o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, não deve significar inação. Ao mesmo tempo, o empresariado tem destacado que o patrimônio ambiental do Brasil e sua matriz energética limpa devem ser reconhecidos como ativos do país no âmbito das negociações da UNFCCC.

Nesse sentido, os documentos de posicionamento circulados pelo setor produtivo no Brasil evidenciam consenso a favor do comprometimento do país com ações voluntárias de mitigação de emissões que sejam efetivas. Para isso, é importante que essas ações, bem como o suporte tecnológico e financeiro necessário para implementá-las, sejam monitoráveis, reportáveis e verificáveis. A criação de mecanismos para transferência de tecnologia e a ampliação dos financiamentos para dar suporte às ações de mitigação destacam-se como assuntos-chave para o setor privado brasileiro. Por outro lado, esses temas trazem um leque de perguntas para as quais ainda não encontramos respostas nos textos de negociação.

Em relação à transferência de tecnologia, por exemplo, ainda não está claro de que forma seria possível incorporar ao acordo disposições para proteger os direitos de propriedade intelectual das empresas, ao mesmo tempo em que incentivem a transferência de tecnologia às médias, pequenas e microempresas que enfrentam dificuldades de acesso às tecnologias limpas.

Da mesma forma, no debate sobre financiamento de ações de mitigação, não há clareza sobre como operacionalizar um fundo multilateral para esse fim e de que forma governos e setor privado estabelecerão parcerias nessa área. Essas questões evidenciam, acima de tudo, a importância de que o Brasil estruture um debate interno consistente sobre um arranjo apropriado de incentivos e tributação que garantam a efetiva implementação de ações de combate às MCs.

Um tema que alarma os exportadores brasileiros é o risco de surgimento de barreiras protecionistas ao comércio em decorrência da implementação de políticas domésticas de combate às MCs. O debate sobre aplicação de medidas de fronteira (como a carbon tax) já está em estágio avançado no Congresso dos EUA por ocasião da legislação estadunidense sobre energia e MCs. O tema também tem sido discutido na Austrália, Canadá e União Europeia. A aplicação de medidas de fronteira para compensar perdas de competitividade em setores da indústria - em relação a empresas que operam em países sem compromissos de redução de emissões no âmbito da UNFCCC - representa um risco grave aos exportadores de países em desenvolvimento (PEDs), como o Brasil.

A incerteza sobre a interpretação dessas medidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) traz grande insegurança aos setores intensivos em energia, que seriam os mais afetados por essas barreiras. Portanto, o setor privado brasileiro tem insistido para que o novo acordo climático garanta que a implementação de compromissos voluntários pelos países que não compõem o Anexo I do Protocolo de Quioto seja reconhecida pelos países que aplicarão medidas de fronteira.

Com ou sem acordo em Copenhague, é importante que os países saiam da COP 15 com objetivos claros e prazos realistas sobre a agenda de negociações de 2010. Diversas questões permanecem sem resposta para o setor privado, a sociedade civil organizada e até mesmo os governos que estão negociando o acordo. No Brasil, é necessário que o debate sobre os temas propostos na COP 13 adquira consistência e que o Plano Nacional de MCs seja traduzido em políticas públicas efetivas.

Nesse sentido, Copenhague será um ponto de partida para uma discussão mais aprofundada sobre cada um dos temas do mandato de Bali e um momento importante para que se consolide, no Brasil, uma forte parceria entre todos os setores da sociedade em torno do combate ao aquecimento global.

* Mestre em Política Comercial pela SciencesPo-Paris e assessor de relações internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no Brasil.

Expectativas dos Amigos da Terra para Copenhague

Lúcia Ortiz e Camila Moreno*

A Federação Internacional de entidades ecologistas Amigos da Terra (Friends of the Earth), preocupa-se com a tendência geral da 15ª Conferência das Partes (COP, sigla em inglês) de legitimar mecanismos de compensação de emissões (offsets) mediante alegadas “soluções” tecnológicas (tecnofixes), ao invés de definir um acordo global que de fato implique mudanças estruturais na relação entre humanidade e meio ambiente. Sob a perspectiva da sociedade civil e dos movimentos sociais, a Amigos da Terra entende que o atual debate político não incorpora e tampouco reconhece as causas de fundo que resultaram no quadro atual das mudanças climáticas: a dívida ecológica relacionada a padrões históricos e coloniais de exploração da natureza e dos povos do Sul, os padrões de consumo e produção e os fluxos desiguais do comércio globalizado.

Mais do que apostar no lobby sobre a letra das negociações oficiais - que parece não apontar para um acordo em dezembro -, a estratégia da Federação na COP 15 será explicitar os processos de mobilização locais sobre territórios e comunidades atingidas pelos efeitos da crise climática, como forma de pressão por ações concretas, emergenciais e soluções reais à crise ambiental, sintoma da reprodução do modelo econômico industrial e urbano e do desenvolvimentismo insustentável.

Por meio de testemunhos do Sul - seja na América Central, no Sul do Brasil ou Sudeste da Ásia -, a Federação apoiará as comunidades locais que resistem às causas da crise climática e à degradação ambiental, as quais destroem seu espaço de vida e reprodução social e cultural. Ampliará, ainda, a voz destas populações, bem como a forma com que se organizam para resgatar e valorizar seu modo de vida tradicional, apontando soluções locais e baseadas na soberania dos povos em decidir como viver em seu território e planejar o futuro.

Com relação ao Brasil, a Federação pretende chamar a atenção quanto às contradições das propostas de grandes negócios levadas pelo governo brasileiro à COP face às políticas internas de energia, agricultura e clima. No país, o tema das mudanças climáticas tem sido visto sobretudo como uma oportunidade para o mercado de créditos de carbono, a expansão de monocultivos de árvores exóticas, a expansão das monoculturas de agroenergia - em especial da cana - e para a propaganda das grandes usinas hidrelétricas e nucleares como energia limpa.

Enquanto o governo do Brasil irá à COP respaldado por seu compromisso recente de assumir metas de redução, sua participação é marcada pela contradição. Ao mesmo tempo em que se empenha na exportação de sua matriz energética “limpa” (hidrelétricas e agrocombustíveis), internamente aposta em reformas políticas e investimentos em infraestrutura para exploração do Pré-Sal, com planos de expansão da produção das novas reservas de petróleo e minérios.

Com relação ao país ser um grande receptor de projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD), internamente há um grande embate com relação à alteração do código florestal, a principal lei que protege as florestas no Brasil, cedendo às pressões por flexibilização da legislação ambiental e expansão do “desmatamento legal” para atender aos interesses do agronegócio. Também, é incongruente a ideia de financiamento de REDD via fundos voluntários, com preferência sobre a prevalência de mecanismos de puro mercado - principalmente o Fundo Amazônia, gerenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a maior instituição financiadora de infraestrutura do modelo energético e agroindustrial, que vem promovendo os principais impactos ambientais no país.

Em síntese, os Amigos da Terra preparam-se para denunciar, dentro e fora das negociações, nas ruas de Copenhague, as falsas soluções, sejam elas técnicas, financeiras ou institucionais.

Na expectativa de que é preferível ‘nenhum acordo’ a um ‘mau acordo’ que servirá para legitimar falsas soluções que fogem ao enfrentamento do problema, os Amigos da Terra apostam na pressão popular dentro e fora de Copenhague, para que as negociações do clima recuperem o rumo do enfrentamento das causas do problema global e da responsabilização histórica que resultem na reparação das dívidas ecológica e climática e em um acordo global por uma justa transição para uma sociedade pós-petróleo.

* Lúcia Ortiz e Camila Moreno representam a ONG Amigos da Terra Brasil.

PONTES tem por fim reforçar a capacidade dos agentes na área de comércio internacional e desenvolvimento sustentável, por meio da disponibilização de informações e análises relevantes para uma reflexão mais aprofundada sobre esses temas. É também um instrumento de comunicação e de geração de idéias que pretende influenciar todos aqueles envolvidos nos processos de formulação de políticas públicas e de estratégias para as negociações internacionais.

PONTES foi publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

Editoras

Michelle Ratton Sanchez
Adriana Verdier
Manuela Trindade Viana

Equipe

Daniela Helena Oliveira Godoy
Leonardo Margonato Ribeiro Lima
Adriane Nakagawa
Thiago Dias Oliva

ICTSD

Diretor executivo:
Ricardo Meléndez-Ortiz
7, chemin de Balexert
1219, Genebra, Suíça
pontes@ictsd.ch
www.ictsd.org

DireitoGV

Diretor Geral:
Ary Oswaldo Mattos Filho
Rua Sílvia, 23 - conj. 12
Bela Vista
01330-010, São Paulo- SP, Brasil
pontes@fgvsp.br
www.fgv.br/direitogv/projetopontes

As opiniões expressadas nos artigos assinados em PONTES são exclusivamente dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do ICTSD, da DireitoGV ou das instituições por eles representadas.

EVENTOS

DEZEMBRO

- 1-3 OCDE - Encontro: “Rotas para fora da Crise: Estratégias para a Recuperação dos Postos Locais de Emprego e o Desenvolvimento de Habilidades na Ásia”. Malang, Indonésia.
- 3 UNCTAD - Curso sobre as principais questões envolvendo a economia internacional. Genebra, Suíça.
- 4 Mercosul - Reunião Mercosul - Japão. Tóquio, Japão.
- 7 Mercosul - 38ª Reunião do Conselho Mercado Comum. Montevideu, Uruguai.
- 7-8 OCDE - Fórum Global: “A Crise e Além: Investimento Internacional para uma Economia mais Forte, Limpa e Justa”.
- 7-18 15ª Reunião das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas para a Mudança Climática. Copenhague, Dinamarca.
- 8 Mercosul - Cúpula dos Presidentes do Mercosul. Montevideu, Uruguai.
- 8-9 OMC - Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento Sustentável.
- 8-11 OCDE - Encontro: “Rede de Prevenção à Crise Alimentar”. Bamako, Mali.
- 9 CEPAL - Seminário: “Informes sobre o futuro da agricultura”. Santiago, Chile.
- 9-10 OCDE - Encontro “Aquisição de Terras na África Ocidental: Conciliando Desenvolvimento e Investimento”. Bamako, Mali.
- 9-11 UNCTAD - Workshop sobre Solução de Disputas entre Investidores e Estados: Problemas e Desafios para a região da APEC. Manila, Filipinas.
- 11 OCDE - Workshop: “Estratégias Setoriais para o Desenvolvimento Sustentável”.
- 12-13 UNCTAD - Workshop sobre a Promoção do Crescimento Sub-regional - Políticas Orientadas de Comércio em Países Árabes. Cairo, Egito.
- 14 OMC - Reunião do Comitê sobre Comércio e Desenvolvimento - Sessão Especial.
- 14-16 UNCTAD - Encontro de especialistas em cooperação internacional: cooperação sul-sul e integração regional. Genebra, Suíça.
- 17-18 OMC - Reunião do Conselho Geral.
- 21 OMC - Reunião do Órgão Solução de Controvérsias.

PUBLICAÇÕES

CEPAL. Panorama de la inserción internacional de América latina y el Caribe: crisis y espacios de cooperación regional. CEPAL, 2009. Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/6/36906/PANORAMA_DE_LA_INSERTION_INTERNACIONAL_2008_2009_vf.pdf>.

Cornford, Andrew. Statistics for international trade in banking services: requirements, availability and prospects. UNCTAD, Discussion papers, No. 194, Jun. 2009. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/osgdp20092_en.pdf>.

Elobeid, Amani. How Would a Trade Deal on Sugar Affect Exporting and Importing Countries? ICTSD, 2009. Disponível em: <<http://ictsd.net/i/publications/57666/>>.

ICTSD. Capping Unusually High Tariffs: The WTO Doha Round and ‘Tariff Peaks’. ICTSD, 2009. Disponível em: <<http://ictsd.org/i/publications/60731/>>.

IIED. Sharing the benefits around large dams in West Africa. IIED, 2009. Disponível em: <<http://www.iied.org/pubs/pdfs/12555IIED.pdf>>.

Moore, Mike. Saving globalization: why globalization and democracy offer the best hope for progress, peace and development. São Francisco: Wiley, 2009.

OMC. WTO annual report 2009. WTO, 2009. Disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/publications_e/anrep09_e.htm>.

Saes, Maria Sylvia Macchione. Estratégias de diferenciação e apropriação da quase-renda na agricultura. São Paulo: Annablume, 2009.

Toulmin, Camilla. Climate Change in Africa. Londres: Zed, 2009.

Veiga, Pedro da Motta; Rios, Sandra Polônia. Sustainable development in the South American Trade Agenda. IISD, 2009. Disponível em: <http://www.tradegenetnetwork.net/pdf/tkn_trade_south_america.pdf>.

Vera-Diaz, Maria del Carmen; Kaufmann, Robert K.; Nepstad, Daniel C. The environmental impacts of soybean expansion and infrastructure development in Brazil’s Amazon Basin. Global Development and Environment Institute, Working paper No. 09-05, 2009. Disponível em: <<http://www.ase.tufts.edu/gdae/Pubs/wp/09-05TransportAmazon.pdf>>.